



TORRE DE
MONCORVO
assembleia municipal

ATA N.º 12

SESSÃO ORDINÁRIA

14 DE DEZEMBRO DE 2023

APROVADA NA SESSÃO ORDINÁRIA DE 29.02.2024

M
Pedro
M.



-----Aos catorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, pelas 09h30, no Cine-Teatro de Torre de Moncorvo, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo convocada com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1 - Período de Antes da Ordem do Dia: -----

- 1.1 Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 28 de setembro de 2023; -----
- 1.2 Informação de Correspondência; -----
- 1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município; -----

2 – Período da Ordem do Dia: -----

- **Ponto 1** – Apreciação da Atividade Municipal e Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara [(alínea c) do n.º 2 do art. 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12.09]; -----
- **Ponto 2** – Autorização para Contratação de Empréstimo a Curto Prazo para o ano de 2024; -----
- **Ponto 3** —Orçamento e Plano Orçamental Plurianual para o ano de 2024; -----
- **Ponto 4** – Repartição de Encargos de Empreitadas, Prestações de Serviços e Fornecimento de Bens; -----
- **Ponto 5** – Proposta de composição do júri do procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 2, º grau (chefe de divisão) da divisão Administrativa Financeira e Contratação; -----
- **Ponto 6** – Aquisição de energia Elétrica em MT e BTE para 2024 – Aprovação do protocolo que nomeia como mandatário do Agrupamento de Entidades Adjudicantes a CIMDOURO ; -----
- **Ponto 7** – Carta Educativa; -----
- **Ponto 8** – Protocolo de Implementação, Desenvolvimento e Gestão do Projeto de Autoconsumo Coletivo no Território Duero Douro. -----

3 – Período de Intervenção do Público. -----

-----Feita a chamada, verificou-se a presença dos seguintes deputados municipais: -----

-----**Da Coligação Eleitoral PPD-PSD/CDS-PP:**-----

-----Luís Miranda Rei;-----

-----Pedro Miguel Pinto Carrasqueira; -----

-----Fernanda Maria Lourenço Trigo Silva; -----

14
lede
407

-----Joana Alexandra Cascais Alves (*em substituição de Luís João Fernandes Dias*); -----

-----João Augusto Leal Leonardo; -----

-----Afonso de Freitas de Calheiros e Menezes;-----

-----Ângelo Miguel Oliveira (*em substituição de Bernardo Pando da Silva*); -----

-----Júlio César Rentes Frade; -----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----Maria Emília Gonçalves Rego Lopes - Freguesia de Açoreira; -----

-----Vitor Manuel Queijo Pereira – Freguesia de Cabeça Boa; -----

-----Francisco António Roque Braz – Freguesia de Carviçais; -----

-----Luísa Maria Pinto Ferreira – Freguesia de Castedo; -----

-----Alexandre Correia Martins - Freguesia de Horta da Vilariça; (*faltou*)-----

-----Luís Miguel Cascais Alves – Freguesia de Larinho; -----

-----António Manuel Martins – Freguesia de Lousa; -----

-----José Carlos de Sá Meneses –Freguesia de Torre de Moncorvo; -----

-----José Manuel Moreiras – União de Freguesias de Adeganha e Cardanha; -----

-----Vitor Manuel Amaro Vieira - União de Freguesias Felgar e Souto da Velha; -----

-----Adriano Luís Mendes Martins – União de Freguesias de Felgueiras e Maçores; -----

-----Patrícia Sofia Teixeira Neto – União de Freguesias de Urros Peredo dos Castelhanos; -----

-----**Do Partido Socialista (PS):** -----

-----José Manuel Rodrigues Aires; -----

-----Diana Cabeleira (*em substituição de Altina da Glória Lopes Pinto*); -----

-----Fausto Edmundo Tiago; -----

-----Diogo Miguel Tomás de Oliveira; -----

-----Sílvia Maria Póvoa dos Santos; -----

-----Luís Miguel Lopes; -----

-----António Júlio Andrade; -----

-----**Presidente de Junta de Freguesia:**-----

-----Luiz Marcelino Lopes – Freguesia de Mós;-----

Verificou-se a presença de vinte e sete membros que compõem esta Assembleia Municipal. ----

Constituíram a Mesa: -----

Luís Miranda Rei – Presidente de Mesa;-----

Pedro Miguel Pinto Carrasqueira – 1.º Secretário; -----

Fernanda Maria Lourenço Trigo Silva – 2.ª Secretária.-----

M
Edna
M.

-----**A CÂMARA MUNICIPAL** esteve representada pelo senhor Presidente da Câmara, Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves, o Sr. Vice-Presidente Victor Manuel da Silva Moreira e a Sr.^a Vereadora Maria da Piedade Meneses. -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi apoiada pela Dirigente Intermédia de 3.º Grau Dr.^a Sónia Faustino. -----

-----**Tendo-se procedido à gravação digital da sessão, nesta ata apenas se faz referência às intervenções ocorridas.** -----

-----**O Presidente de Mesa:** Bom dia a todos, reunião de Assembleia Municipal de 14 de dezembro de 2023. -----

Iria proceder à chamada. -----

Da Mesa, estamos os três. Deputados presentes: Joana Alves (está em substituição do deputado Luís Dias), João Leonardo, Afonso Menezes (não está), Ângelo Oliveira (em substituição do deputado Bernardo Silva), Maria Emília Lopes, Vítor Pereira, Francisco Braz, Luísa Ferreira, Alexandre Martins (não está), Luís Alves, António Martins, José Carlos de Sá Meneses, José Moreiras, Vítor Vieira, Adriano Martins, Patrícia Neto, José Manuel Aires, Diana Cabeleira (em substituição da deputada Altina Pinto), Fausto Tiago, Diogo Oliveira (ainda não chegou), Sílvia Santos, Luís Lopes, António Júlio Andrade, Luiz Marcelino Lopes. -----

Neste momento, temos vinte e seis (26) deputados presentes. Faltam dois – falta o deputado Alexandre Martins e falta o deputado Diogo Oliveira. Portanto, faltam dois Srs. Deputados, temos vinte e seis, temos quórum. -----

Relativamente à presença do deputado Afonso de Freitas Calheiro e Menezes, eu comunico à Assembleia que a Sra. Deputada – ou ex-deputada – Catarina Lopes renunciou ao cargo de deputada. Como há uma renúncia, terá que tomar posse o membro seguinte, que é o Sr. Deputado Afonso de Freitas Calheiro e Menezes, que eu chamava para ler a ata de tomada de posse e assinar a respetiva. -----

-----**O Deputado Afonso Menezes:** Muito bom dia a todos. -----

Eu, abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. -----

Referir que a Sra. Deputada Catarina Lopes apresentou motivos pessoais para renunciar. -----

Ainda no Período de antes da ordem do dia. -----
Ponto n.º 1.1, Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 28 de setembro de 2023. ---
Como é do conhecimento de todos, houve alguns problemas técnicos, anomalias, já foi explicado, aconteceu. Entretanto, foi substituído o equipamento, está aí um técnico, espero que não venha a acontecer. Infelizmente, são problemas tecnológicos que podem ocorrer. É conveniente que não aconteçam, mas se acontecerem, temos que os ultrapassar. -----
Relativamente à ata, estão abertas as inscrições. Quem pretende falar? Não há mais inscrições.
Sr. Deputado João Leonardo. -----

----- **1- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1.1 — APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE SETEMBRO DE 2023. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **João Leonardo** (Coligação PSD/CDS), **José Aires** (PS) e **Diogo Oliveira** (PS). -----

-----**O Deputado João Leonardo:** Bom dia, Sr. Presidente, Mesa, Executivo, Srs. Deputados, estimado público, funcionários. -----

Eu só vinha aqui entregar a minha participação na anterior Assembleia, porque não tive meio de enviar digitalmente, atempadamente, e então, vou entregar aqui a cópia das minhas declarações na anterior Assembleia, se puder ser, para constar da ata. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, isso agora é uma questão nova que surge, porque, efetivamente, isso não foi distribuído aos deputados. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** Mas, são as minhas intervenções que constaram da anterior Assembleia. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sim, mas não está no corpo da ata, para que todos tivessem conhecimento delas para se poderem pronunciar. Mas, deixe ficar, para depois analisarmos a situação. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** São as minhas declarações, que foram proferidas na anterior Assembleia. Se o meio digital não permitiu gravar... -----

-----O Presidente de Mesa: Mas, deveria ter sido enviado oportunamente. -----

-----O Deputado João Leonardo: Eu vou entregar na mesma, para ser analisado futuramente.

-----O Presidente de Mesa: Dizer que chegou o Sr. Deputado Diogo Oliveira. -----

E tem a palavra o Sr. Deputado José Aires. -----

-----O Deputado José Aires: Muito bom dia a todos. Começo por cumprimentar todos os membros da Assembleia, na pessoa do Sr. Presidente da Mesa, cumprimentar também o Executivo Municipal, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara, as Sras. e Srs. Presidentes de Junta, e ainda os funcionários do Município que prestam apoio a esta Assembleia, aqui presentes. E por último, mas não menos importante, cumprimentar o público. -----

Ele há coisas que não lembram nem ao diabo. No Município de Torre de Moncorvo temos vindo a assistir a apagões, documentos fictícios, documentos que não aparecem, e agora esta última modalidade, o equipamento gravou, mas, afinal, não gravou nada, tudo porque o sistema de alimentação dos microfones na mesa de mistura avariou, segundo explicações do técnico adstrito à função, prontamente enviadas aos membros desta Assembleia Municipal no dia seguinte à ocorrência dos factos. -----

Parafraseando "*nuestros hermanos*", "*no creo en brujas pero que las hay, las hay*". Tendo em conta os tempos atuais em que a igualdade de género está na ordem do dia, em bom português, a frase que melhor se adequa à situação é a seguinte: "*Não acredito em bruxos, mas que existem, existem*". -----

E vou passar a explicar por quê. O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Gonçalves, também é o Presidente do Conselho Diretivo da Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos. Quero sublinhar que só é Presidente do Conselho Diretivo da Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos porque é Presidente da Câmara. Acontece que o Sr. Dr. Nuno Gonçalves, na qualidade de Presidente da Câmara, outorgou, a 18 de fevereiro de 2019, um contrato à empresa Securitel para aquisição de serviços de reportagem de vídeos de eventos do Município, em 2019, tendo nomeado como gestor do contrato o técnico municipal que presta apoio às gravações da Assembleia Municipal. -----

Já na qualidade de Presidente do Conselho Diretivo da Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos, o Dr. Nuno Gonçalves assinou, no dia 24 de janeiro de 2022, o Contrato n.º 2022/0006, para prestação de serviços de criação e edição de um livro interativo com o dito técnico municipal. O procedimento escolhido foi a consulta prévia, e para apresentarem propostas, foram convidadas, além do técnico municipal, mais duas empresas que têm a mesma morada e o mesmo representante legal – a Vilela Cardoso – Unipessoal, Lda., e a

14.
Codigo
M

Securitel – Soluções de Comunicações, Multimédia e Segurança, Lda., a tal da qual o técnico municipal foi gestor do contrato em 2019. -----

Tendo em conta o n.º 2 do art.º 114.º do Código da Contratação Pública, as entidades a convidar não podem ser especialmente relacionadas entre si, considerando-se como tais nomeadamente as entidades que partilhem, ainda que apenas parcialmente, representantes legais ou sócios. -----

Pode-se aferir que não foi cumprida a Lei. -----

Então, o Sr. Presidente da Câmara, que passa a vida a puxar dos galões das suas competências, faz um contrato para o exercício de atividades privadas com um funcionário do Município, ao qual não deu a devida autorização para acumulação de funções, nos termos da Lei n.º 35/2014? Na prestação de contas de 2022, no mapa de acumulações de funções, não consta o nome do funcionário. -----

A promiscuidade, o atropelo às Leis vigentes e o conflito de interesses são óbvios, saltam à vista. -----

Contra factos não há argumentos. -----

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, os deveres de isenção e imparcialidade estão comprometidos, não reunindo o técnico municipal as condições necessárias para continuar a prestar apoio a esta Assembleia Municipal. De V. Exa. espera-se que exerça as suas competências legais e tome as providências necessárias para acabar de uma vez por todas com estes comportamentos continuados de impunidade e desrespeito para com este órgão municipal por parte dos responsáveis autárquicos. -----

Para constar e serem anexados à ata, vou entregar na Mesa os seguintes documentos: detalhe e contrato com a empresa Securitel para a aquisição de serviços de reportagem de vídeos de eventos do Município de 2019, detalhe e Contrato n.º 2022/0006, publicados no portal Base.Gov, número de contribuinte do técnico municipal, publicado no portal Base.Gov, e prestação de contas de 2022, mapa de acumulação de funções. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. -----

Passamos, então, à votação da ata do dia 28 de setembro de 2023. Votos a favor? Não votam aqueles que não estiveram. Não votam a ata, porque não estiveram presentes, os Srs. Deputados Fausto Tiago, Afonso Menezes, Joana Alves e Ângelo Oliveira. -----

Vamos, então, à votação. Quem vota a favor? Votos contra? Dois (2) votos contra. Abstenções? Cinco (5). Portanto, foi aprovada a ata, com dezasseis (16) votos a favor, dois (2) votos contra, e cinco (5) abstenções. -----

Faça favor. -----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Antes de mais, quero começar por cumprimentar o Sr. Presidente da Câmara, o Presidente da Mesa, os restantes elementos -----

Edna
M.

da Mesa, todas e todos os deputados aqui presentes, membros do Executivo, caros membros do público que se encontrarem presentes. -----

E também queria só dirigir umas palavras – dez segundos, antes de começar a minha intervenção, porque também não tenho noção de quantas intervenções vou fazer, ou se vou intervir mais, ou não – pretendia também desejar a todos os membros do Executivo, a todos os membros desta Assembleia Municipal, aos funcionários, a todos os familiares, e a toda a população do Concelho de Torre de Moncorvo, uma feliz quadra natalícia e um próspero ano novo. Feliz natal e feliz ano novo a todos. -----

Quero fazer uma declaração de voto, então, em relação à ata. -----

-----**Declaração de voto, Assembleia Municipal de 14.12.2023**-----

“Venho por este meio apresentar a minha justificação de voto, de acordo com a anomalia na gravação áudio ocorrida na última Assembleia Municipal, assemelhando-se este episódio ao célebre apagão do Conselho Municipal da Juventude. Já não chega o Sr. Presidente querer apagar os jovens do nosso concelho, como agora aparenta desejar apagar as suas, já de si pobres, intervenções na Assembleia Municipal. -----

Desta forma, sendo certo o relatório técnico nada dizer sobre o que realmente provocou a anomalia, tudo se resumindo a uma avaria no sistema de alimentação, fatalmente se concluirá, pela recorrente falta de zelo por parte do Executivo e do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para que os factos sejam tornados públicos. -----

Tendo em conta a possível deturpação de alguns assuntos, assim como a não existência de algo que comprove a veracidade de todas as intervenções, incluindo a falta de ética e de respeito que, como toda esta Assembleia Municipal já concluiu, tão bem definem o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, assim como alguns deputados da coligação, o meu voto é contra”. -----

Entrego esta declaração de voto à Mesa, para que seja anexada à ata. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Também é para uma declaração de voto? Estamos na ata, declarações de voto agora, intervenções são no ponto a seguir. -----

Sr. Deputado, é declaração de voto? Faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Eu peço desculpa, há pouco, antes de iniciar a minha intervenção, era para o questionar, mas, por lapso, não o fiz. É só para saber, o senhor tinha dito que já foi substituído o material, se tem a certeza que está a decorrer a gravação da ata do dia de hoje? Estou só a fazer uma interpelação à Mesa. -----

14.
Pedro
M.

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, eu não sou técnico informático, nem de áudio, não lhe posso responder a essas questões. Parto do princípio de que o material foi substituído, estará ali um técnico, estarão reunidas as condições. Agora, efetivamente, não lhe posso garantir uma coisa que não está ao meu alcance garantir – aliás, penso que não está ao alcance de nenhum dos presentes garantir que não há uma falha informática, uma falha técnica, etc. Mas, quem sou eu para me pronunciar sobre coisas que não percebo. -----

-----**O Deputado José Aires:** Agradeço o seu esclarecimento. -----

Declaração de voto – Assembleia Municipal de 14 de dezembro de 2023, apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 28 de setembro de 2023: -----

“Tendo em conta que a ata apresentada não reflete de forma fidedigna os intervenientes, bem como as intervenções que tiveram lugar no passado dia 28 de setembro de 2023; -----

Atendendo ao facto de não estar a ser cumprida a Lei n.º 28/2020, de 28 de julho, que estipula que as reuniões de realização pública obrigatória devem ser objeto de gravação e colocação no sítio eletrónico da autarquia, podendo ainda ser transmitidas em direto pela internet ou outro canal de comunicação que assegure a sua publicidade, uma vez que a autarquia dispõe de meios para o efeito, como ficou provado na tomada de posse, em outubro de 2021; -----

É inadmissível que a Lei continue a não ser cumprida. -----

É injustificável a anomalia ocorrida após o investimento de centenas de milhares de euros em material informático, sobretudo tendo em conta tratar-se de uma situação recorrente desde que este Executivo está em funções. -----

Pelos motivos acima referidos, venho por este meio justificar o meu voto contra. -----

O deputado municipal, -----

José Manuel Rodrigues Aires” -----

E passarei a entregar na Mesa, para ser apensa à ata, Sr. Presidente. -----

Obrigado. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, com 16 votos a favor, 2 votos contra (dos deputados Diogo Oliveira e José Aires), e 5 abstenções (dos deputados Luís Lopes, Diana Cabeleira, António Júlio Andrade, Sílvia Santos e Luiz Marcelino Lopes) aprovar a “Ata da sessão ordinária de 28 de setembro de 2023”. -----

----- *Não podiam votar este ponto os deputados Fausto Tiago, Afonso Menezes, Joana Alves e Ângelo Oliveira, por não terem estado presentes nesta reunião.* -----

lh
Pedro
MA

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 1.2 — INFORMAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA.

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **José Aires** (PS). -----

-----Resumo da correspondência recebida, registada sob os números 200/2023 a 281/2023 inclusive. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. -----

Ponto n.º 1.2 do período de antes da ordem do dia, Informação de correspondência, que, como habitualmente, está disponível. -----

Relativamente à correspondência? Está disponível. -----

-----**O Deputado José Aires:** Eu pretendo invocar a alínea d) do art.º 28.º do Regimento da Assembleia Municipal, conjugada com a alínea b) do n.º 2 do art.º 19.º do Regimento da Assembleia Municipal, e com a alínea f) do art.º 28.º, também do mesmo Regimento. -----

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, começo por lhe pedir que nos esclareça o porquê de na listagem da correspondência apenas nos informar da correspondência recebida. Confesso que sempre estranhei o facto de nunca nos informar da correspondência enviada. -----

E portanto, decidi recorrer ao dicionário. Lá, encontrei o respetivo significado: "*conjunto de cartas, telegramas, etc., que recebemos e escrevemos; relações por escrito; relação mútua; simetria; reciprocidade*". -----

Estou certo de que V. Exa. irá tomar as devidas diligências, de forma a corrigir de imediato esta situação, para que na próxima reunião possamos ter acesso a uma listagem completa e transparente, quer da correspondência recebida, quer da correspondência enviada. -----

Mas, tão ou mais inquietante é que não verificar na relação da correspondência que nos foi remetida no passado dia 11 de dezembro qualquer comunicação da Câmara Municipal relativamente ao relatório técnico que justifica a falha na gravação da sessão ordinária de 28 de setembro de 2023. Certamente por lapso. Pergunto-lhe de que forma foi comunicado, e em que data. -----

Por falar em lapsos, referir que na pág. 4, a correspondência com o número de registo 244 e 245, recebidas a 24 de outubro, aparecem antes do e-mail enviado pela Sra. Presidente da Junta do Castedo, remetido a 23 de outubro, com o número de registo 246, que aparece na primeira linha do quadro da pág. 5, causando uma clara disrupção na ordem cronológica do documento. Mais grave ainda do que os factos acabados de relatar é não existir qualquer menção ao envio

11.
Cedie
M

das intervenções por parte dos membros do Executivo Municipal que estiveram presentes e usaram da palavra na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de setembro de 2023, quer do Sr. Presidente do Município, quer da Sra. Vereadora Piedade Meneses. É que na listagem apenas constam nos registos 219, 225, 247, 253 e 268, as intervenções enviadas pelos deputados municipais que se dignaram a responder ao apelo dos serviços de apoio a esta Assembleia. -----

Certamente me dirá que foram entregues em mão. Mesmo assim, não se justifica, pois na mesma listagem, na pág. 2, entre os registos 212 e 218, todos esses documentos foram entregues por essa via a V. Exa. -----

Termino, Sr. Presidente, afirmando que a transparência, como tenho vindo a referir por diversas vezes, se legitima, não com palavras, mas com o uso de protocolos e canais oficiais que permitam um acesso que é fácil de perceber ou interpretar, de forma a salvaguardar as partes. É nosso dever exigir-lhe e sua responsabilidade garantir que isso ocorra, de forma a proteger a integridade do órgão a que preside. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, depois se me pudesse fazer chegar esse documento, agradecia, porque citou tantos números que, efetivamente, eu não consigo ficar com eles na memória. Se há falhas, certamente serão corrigidas. -----

Quanto à anomalia, penso que recebi o mesmo documento que recebeu o Sr. Deputado, no dia 29 de setembro de 2023, às 12h47. É a única coisa que eu tenho. -----

Quanto ao resto, enfim, o Sr. Deputado sistematicamente põe em causa a honra, a competência, e não sei quantos, temos um mundo obscuro que paira... Não, Sr. Deputado, tenha calma, também não é assim. Não estamos todos aqui numa frente tenebrosa, temos aqui ideias obscuras, etc. Não, Sr. Deputado, pelo menos para mim. Quando me reformar, mas também já não estarei na Assembleia, depois hei de ter mais tempo para ler todos os documentos. Mas, na altura, também já não estou na Assembleia, certamente. É que sendo reformado, tinha mais tempo para ver estas coisas todas. -----

Ponto n.º 1.3, Assuntos de interesse relevante para o Município. -----

Quem pretende intervir? Temos duas intervenções. Inscreveu-se em primeiro lugar o Sr. Deputado José Aires. Faça favor. -----

PONTO 1.3 — ASSUNTOS DE INTERESSE RELEVANTE PARA O MUNICÍPIO. —

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **José Aires (PS)**, **Luís Lopes (PS)** e **Sílvia Santos (PS)**. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Um mal nunca vem só. O nome de Moncorvo tem aparecido na comunicação social pelos piores motivos. Não bastava o caso das sementes que voaram para Espanha, agora ficamos a saber que o Laboratório Regional de Trás-os-Montes, entidade societária participada pelo Município, anda na berlinda por comportamentos que põem em causa a qualidade da água fornecida ao nosso concelho, desde ferverem a água até adulterarem os valores a pedido do cliente, são práticas criminosas que põem em risco a saúde da população. -----

Na reunião de Câmara de 16 de junho passado, o Vereador Adriano Menino colocou a questão sobre a qualidade da água na Freguesia do Felgar, depois do que leu no relatório da ADIN: "perigo para a saúde pública". Respondeu o Presidente da Câmara que a população pode estar descansada, porque foi informado que a Junta de Freguesia tem um acordo com o Laboratório Regional de Trás-os-Montes, que é quem está a analisar a água do Felgar e do Souto da Velha. Presidente da Câmara *dixit*. -----

Quero acreditar que o Presidente da Junta do Felgar desconhecia as práticas nada recomendáveis do laboratório que contratou. Fica em xeque perante a população, podendo vir a ser responsabilizado se algo correr mal. -----

A ADIN, assumindo-se vítima das práticas do Laboratório, emitiu um comunicado informando, e passo a citar: "*Mais de 90% da água distribuída pela ADIN aos seus clientes é fornecida pela Águas do Norte, empresa referencial do setor, cumprindo essa água todos os parâmetros de qualidade e segurança a que a Legislação obriga.*" -----

Quando eram da Oposição, os Vereadores da coligação PPD-PSD/CDS-PP sempre utilizaram a questão da água para fazer política. Nos tempos de outrora, a Vereadora Piedade Meneses, de forma continuada e reiterada, punha em causa a qualidade da água – basta ler algumas atas. Agora que está no Executivo, o grau de exigência esmoreceu, como é seu apanágio. -----

No tempo da governação socialista, encabeçou uma manifestação contra o fecho das urgências do Centro de Saúde, dirigindo-se à Câmara Municipal para apresentar as reivindicações, como se a responsabilidade fosse do Município. Agora que está há dez anos no poder autárquico, as urgências continuam fechadas, e não manifesta incómodo nem preocupação com a situação – nem ela, nem o restante Executivo. Não se lhes conhecem diligências junto das entidades responsáveis para alteração do estado das coisas. -----

Este Executivo Municipal não só aumentou o custo da água, como está em dúvida a qualidade. E agora, como ficamos, Sr. Presidente? Espera-se que o Município invoque justa causa, saia do Laboratório de Trás-os-Montes e contrate uma entidade credível que garanta aos cidadãos a segurança e a saúde, direitos essenciais da competência dos responsáveis autárquicos. -----

Na reunião de junho, vi sentado ali em cima, no lugar reservado ao público, o jornalista de investigação da SIC, Pedro Coelho. Fiquei intrigado. Mas, na noite de 7 de dezembro, no

14.
Edição
407

Telejornal da SIC, ao fim do programa Grande Reportagem, não só eu, mas todo o país ficou a saber a situação do grande projeto mineiro de Torre de Moncorvo, que iria criar mil postos de trabalho, só de trabalho direto. E para lembrar, em junho de 2020, em declarações ao JN, o Presidente da Aethel Mining, Ricardo Santos Silva, adiantava que a Linha do Douro iria voltar a ter transporte de mercadorias a partir das minas de Moncorvo, ainda nesse mesmo mês de julho de 2020. Mil e quatrocentas toneladas de ferro por dia transportadas por camiões a partir das minas de Moncorvo até à estação de comboios do Pocinho, seguindo toda a Linha do Douro até ao Porto de Leixões, depois de passar pela concordância de Sangemil, com destino ao mercado europeu. Pretendiam produzir trezentas mil toneladas até ao final do ano de 2020, e quem iria assegurar o transporte seria a empresa Takargo, que tinha estado a efetuar vários ensaios de formação para maquinistas. -----

Quando chegasse ao Porto de Leixões, o minério seria colocado em navios graneleiros e enviado para portos na Europa, Mediterrâneo e mesmo do Médio Oriente, para a construção de molhes, quebra-mares e outras grandes estruturas, devido à subida do nível do mar provocada pelas alterações climáticas. Até batizou o produto endógeno das minas de Moncorvo: Muadense. Estava tudo pensado, até o nome do produto. Face a estes números, iríamos ter, no mínimo, setenta camiões a passar diariamente pelas ruas de Moncorvo, considerando que cada um transportaria quarenta toneladas por viagem, ida e volta. -----

Alguém os viu? Dez, foi o número máximo de camiões avistados por altura das últimas eleições autárquicas, estacionados no loteamento industrial do Larinho. Alguém tratou de publicar nas páginas do Facebook a cena montada. -----

Na noite de 7 de dezembro, vimos um Presidente de Câmara agastado, longe daquela imagem de euforia manifestada nos primeiros anos de *governance*, tendo em conta as expetativas criadas junto da população que o elegeu e que em si confiou. Afinal, a Aethel Mining só tem um cliente, que é o concessionário da obra do Porto de Leixões, não tem lucro, e o Diretor Executivo, Eng.º Nuno Araújo, demitiu-se em setembro passado. *Royalties*, nem vê-los. -----

Infelizmente para a população do concelho, temo que o pior dos cenários venha a acontecer e que tudo se venha a resumir no adágio popular: "*a montanha pariu um rato*". -----

Disse. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Sílvia Santos. -----

-----**A Deputada Sílvia Santos:** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Presidentes de Junta, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, funcionários e restante Mesa, muito bom dia a todos. -----

14
Pedro
101

Sr. Presidente, venho questionar o Executivo acerca do programa "Primeiro Direito". Ao que podemos ver, não anda lá muito direito. A minha questão não se prende com os atrasos intoleráveis das obras de recuperação dos apartamentos, nem do Bairro Adriano Leandro; a minha questão prende-se com os beneficiários diretos no âmbito do PRR. -----

Termina a 31 de março de 2024 o prazo de candidaturas ao Programa de Apoio à Habitação n.º 1/C02-I01/2021, componente de habitação, pelos beneficiários diretos já identificados pela Câmara. Em meados de outubro passado, foi enviado aos beneficiários diretos desta medida um ofício para que estes devam ter aprovados os projetos de arquitetura e especialidades das habitações identificadas, as suas habitações próprias e permanentes. É ainda pedido aos beneficiários que os projetos devam estar executados e aprovados até 15 de fevereiro de 2024. Estas pessoas vivem em habitações degradadas, muitas delas sem condições mínimas de higiene, segurança e habitabilidade, certamente por não terem meios financeiros para as melhorar. Foi por estes motivos que as habitações e os agregados foram identificados como beneficiários deste programa. -----

Ora, Sr. Presidente, pergunto: como é possível obrigar estas pessoas a suportar os encargos com projetos e a gerir os procedimentos legais a que isto obriga? Muitas destas pessoas passam grandes dificuldades até para se alimentarem convenientemente. -----

Termino, Sr. Presidente, com a humilde sugestão, ou melhor, com o humilde pedido para que estes projetos sejam elaborados pelos serviços técnicos do Município, poupando as famílias a estes custos e a toda a burocracia inerente. Não será certamente pela falta de meios técnicos e humanos qualificados nestas matérias. -----

Sr. Presidente e restante Executivo, fica aqui o nosso apelo para que, em jeito de prenda de natal, possamos ajudar todas estas famílias que carecem de habitação digna. -----

Muito obrigada. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sra. Deputada. Dava a palavra a Sra. Vereadora. -----

-----**A Vereadora da Câmara Municipal (Maria da Piedade Meneses):** Bom dia a todos. -----
Congratulo-me que, realmente, a Sra. Deputada se preocupe com a situação do "Primeiro Direito", e foi nossa preocupação, desde há três anos para cá, a elaboração das listas das pessoas que poderiam eventualmente beneficiar do "Primeiro Direito". -----

Ao longo do tempo, é nossa intenção tentar elaborar, dentro das capacidades da Câmara, todos os projetos de arquitetura e engenharia, quer para as próprias candidaturas – que, como sabem, e foi entregue documentação em Assembleia Municipal acerca disso, temos muito trabalho para executar em termos de candidatura camarária, dadas as situações das necessidades de reabilitação dos próprios equipamentos camarários, dos bairros sociais, e não só, também a

h.
Edio
M.

elaboração de outras situações novas – e a carta enviada para todos os beneficiários foi uma chamada de atenção, para a qual a Câmara Municipal avisa os respetivos beneficiários – porque, como sabe, os beneficiários diretos abrangem pessoas até rendimentos de 1.700€, em situação de habitação indigna, porque contrariamente ao que se pensa, às vezes o rendimento não significa que a habitação possa estar em condições de habitabilidade. -----

E nesse sentido, achamos que dado nós termos setenta e dois beneficiários diretos, e surpreendentemente o IHRU ter diminuído o período de tempo, de junho de 2026 para 31 de março de 2024 para apresentação das candidaturas, coisa que não estava prevista em Lei, achámos que seria adequado avisar todos os beneficiários para se poderem acautelar – pelo menos os que tenham possibilidades de recorrer a serviços que são financiados pelo “Primeiro Direito”. Isto é, os serviços de arquitetura e engenharia são pagos a 100% no que diz respeito a projetos de arquitetura e engenharia. -----

Como é óbvio, a Câmara Municipal não tem capacidade para executar 4.000.000€ de projetos de candidatura que tem, seus – 3.800.000€ que temos aprovados no IHRU, com base na nossa candidatura – e fazer setenta e duas candidaturas de beneficiários diretos para todos os beneficiários. -----

E nesse sentido, se a Câmara tivesse, com certeza, capacidade para o fazer, fá-lo-ia com todo o gosto. Nós, neste momento, em janeiro, iremos lançar algumas propostas no sentido de resolver os casos realmente urgentes, e estamos a ponderar, com os serviços técnicos, agilizar mecanismos de poder tentar solucionar os outros casos. Neste momento, não estamos ainda em condições de poder afirmar, porque não sabemos bem – eu ontem tive uma reunião com a Divisão Técnica para tentar ver de que forma é que podíamos acelerar o processo, de forma a podermos, com estudo prévio e mapa de quantidades, conseguir assegurar esse serviço. -----

Aproveito para avisar também as Juntas de Freguesia que iremos fazer uma reunião brevemente, para verificar, em cada Junta de Freguesia, quantos casos há, e pedir a sua colaboração, nomeadamente na realização dos projetos de arquitetura e dos mapas de quantidades – as Juntas têm aqui um papel também importante – e também para ficarmos todos mais sossegados, os beneficiários diretos e todas as Juntas de Freguesia podem solicitar 25% de adiantamento das respetivas candidaturas, desde que cada beneficiário direto tenha precisamente o estudo prévio da arquitetura e o respetivo mapa de quantidades. -----

Isto é, há a possibilidade de duas coisas: por um lado, nós estamos a tentar fazer – como devem imaginar, nós queremos é ver soluções, não queremos ver problemas; nós queremos tentar fazer com que consigamos realizar o máximo daquilo que está aprovado no IHRU. Nesse sentido, estamos a tentar desbloquear, ou simplificar os procedimentos, de uma forma legal, mas de maneira a que possamos, por um lado, ir buscar os 25% de adiantamento, no caso dos beneficiários diretos; por outro lado, apoiar dentro do que é possível – e por isso é que tivemos

14
Pedro
P.N.
ontem a reunião com a Divisão Técnica, para tentar ver de que maneira é que podemos simplificar os procedimentos, mas que permitam fazer as candidaturas. -----

Por isso, nós estamos preocupadíssimos com isso, estamos preocupados porque o IHRU nos reduziu o tempo que nós tínhamos para apresentação das candidaturas e dos projetos. Inicialmente nós achámos que sim, que iríamos conseguir; neste momento, já estamos com mais dificuldades. Mas, estamos a fazer o que podemos, nomeadamente contratação externa, estamos a pensar seriamente, em janeiro, fazer alguma contratação externa. -----
Mas, muito obrigada, de qualquer maneira. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sra. Vereadora. Sr. Presidente, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Aproveito para o cumprimentar, e na sua pessoa, cumprimento os membros da Mesa da Assembleia Municipal, o Executivo Municipal aqui presente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Presidentes de Junta, funcionários do Município e estimado público. -----

Bom, Sr. Deputado José Aires, foi para mim completamente ininteligível o que o Sr. Deputado afirmou aqui. Desde logo, estávamos a discutir a ata, trouxe contratação. Depois, da contratação passou para a correspondência. E sinceramente, não percebi nada do que disse. Mas, acho que se tem as informações das ilegalidades, deve subir aqui ao palco, deve dizê-las, sob pena de o Executivo, ele próprio, ter que intentar uma ação para esclarecer o que disse sobre funcionários da Câmara Municipal. -----

Quanto às questões que levantou a seguir, deixe-me dizer-lhe uma coisa: eu falei muito mais do que aquilo que coloquei na ata da Assembleia, porque eu não trago nada escrito. E portanto, para mim é mais difícil. O que me lembro, coloco, mas não invento – não invento, e fui às minhas notas ver o que tinha nos apontamentos da reunião. -----

Entrando nos pontos que tanto o preocupam, o Laboratório Regional de Trás-os-Montes. Quer a minha opinião, Sr. Deputado? O Município de Torre de Moncorvo não deveria estar nem ser acionista do Laboratório Regional de Trás-os-Montes, porque o Laboratório Regional de Trás-os-Montes prestou serviços à Câmara Municipal. Quer saber quando é que foi a assinatura do contrato de adesão como sócio? 1994. Eu não estava aqui, nem grande parte de nós, alguns estariam. Mas, não fomos nós que assinámos esse contrato para sermos acionistas do Laboratório Regional de Trás-os-Montes. -----

E depois, também lhe fica mal dizer que o Laboratório Regional de Trás-os-Montes é todo corrupto. Fica-lhe mal pôr em causa o Laboratório Regional de Trás-os-Montes na sua totalidade, porque, se reparar, as pessoas que foram detidas saíram logo. Outros houve, muito mais próximos do Primeiro Ministro, que ficaram lá mais tempo. -----

16
Pedro
MA

Portanto, o que eu lhe quero dizer é que há famílias ali que trabalham no Laboratório Regional de Trás-os-Montes de forma honesta. Há famílias ali que necessitam daquele trabalho para, no final do mês, pagarem as suas contas. E o senhor está a confundir a árvore com a floresta, trazendo para a Assembleia Municipal aquilo que nem sequer é questionável. -----

A Câmara Municipal de Torre de Moncorvo não teve a visita da Polícia Judiciária, porque nós não temos prestação de serviços com o Laboratório Regional de Trás-os-Montes, tem a ADIN. A ADIN através de um comunicado veio a dizer que 90% da água é fornecida pela Águas do Norte, o que é diferente. Ou também põe em questão a Águas do Norte? É que tem que ver o que é fornecimento em alta e o que é em baixa. -----

Portanto, eu acho que devíamos, pelo bom senso, pelo menos, respeitar as pessoas e os técnicos que ali trabalham, e que vêm ao terreno, e que não têm culpa de atos que sejam praticados de forma ilícita por quem quer que seja. -----

E mais, se quer saber, o Diretor não executivo é uma pessoa com quem eu tenho extrema confiança, e não sabia nada disto. E até estou à vontade, porque é do seu Partido, é o Vice-presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros – até estou à vontade para isso e para afirmar que é uma pessoa íntegra e confiável. -----

Quanto às minas, não é um desgaste. Uma Câmara Municipal deve tentar trazer o maior número de investimentos para o seu território; depois, se correm bem ou se correm mal, trata-se já das entidades privadas e das suas escolhas. -----

Mas, eu dou-lhe alguns exemplos. O senhor, só faltou dizer que os dez camiões foram contratados pelo atual Executivo para tirar fotografia nas eleições, só faltou dizer isso. O que é curioso é que ainda hoje recebemos um *e-mail* a dizer que é insustentável o número de camiões que passa na estrada municipal. Portanto, eu não sei em qual das versões devo acreditar, se em si ou no e-mail que foi recebido. -----

Mas, vou dizer-lhe duas coisas. O senhor, que tem por hábito iniciar as suas cartas – e já lá vamos, mais tarde – por “camaradas”, o seu camarada Galamba levou para o Japão e para a Coreia do Sul o projeto mineiro de Torre de Moncorvo como um projeto com futuro, um projeto onde a economia verde será uma realidade – João Galamba, seu camarada. -----

Mas, mais, agora em tempo de eleições do PS, vou dizer-lhe uma coisa, falou aí no Eng.º Nuno Araújo. O Eng.º Nuno Araújo, como sabe, foi Chefe de Gabinete do Pedro Nuno Santos, candidato a Secretário Geral do PS. Foi Chefe de Gabinete dele. Depois, teve de sair de Chefe de Gabinete, e foi para administrador da APDL. E não é que o principal cliente das minas de Moncorvo é a APDL? E não é verdade que esse senhor veio depois para CEO das Minas? Então, quem melhor do que o senhor, que trata por “camaradas” toda esta gente, para nos explicar o que é que se passa? Não acha que está em boa posição, nos seus meios partidários, para nos vir aqui dizer o que é que se passou? -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Passaríamos ao Período da ordem do dia. -----

Ponto n.º 1, Apreciação da Atividade Municipal e Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara, a quem dou a palavra. -----

----- **2 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1 — APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Fausto Tiago (PS)**, **Vítor Vieira (Coligação PSD/CDS)**, **José Aires (PS)**, **Sílvia Santos (PS)** e **Diogo Oliveira (PS)**. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Neste período que mediou entre setembro e dezembro, nós destacamos, obviamente, como não poderia deixar de ser, a comemoração que aqui foi feita dos cinquenta anos do 25 de abril, com uma forte participação, e também a homenagem a um cidadão que muito deu à cultura e ao jornalismo em Portugal, Rogério Rodrigues, nos dias 5 a 7 de outubro, onde estiveram presentes os Capitães de Abril, onde estiveram presentes guerrilheiros das antigas colónias, e também antigos tropas milicianos, e militares de carreira do exército português, e que teve uma participação, desde a parte escolar até à parte cultural, e com grandes personalidades que aqui estiveram presentes, e que viveram esse dia, no seu dia a dia, e no dia 24 para o dia 25, e do dia 25 para o dia 26, e que aqui nos vieram trazer esses apontamentos, nomeadamente de ter sido um conterrâneo nosso a informar pela primeira vez que o Comandante das Forças Policiais 25 de abril era Otelo Saraiva de Carvalho. -----

A receção do Campeonato do Mundo de Pesca ao Achigã. -----

Também a entrada em funcionamento da terceira Equipa de Intervenção Permanente, que veio pôr um ponto final na lacuna que tínhamos com a Associação Humanitária dos Bombeiros para a prestação de socorros vinte e quatro horas por dia. -----

A imprensa não diz mal, eu nem sequer encontrei onde é que disse mal da Câmara de Torre de Moncorvo, quanto ao que o Sr. Deputado disse, mas é importante, pela primeira vez um Presidente do Comité das Regiões Europeu veio a Torre de Moncorvo, recebeu a chave da vila e inaugurou a requalificação da Escola Secundária Dr. Ramiro Salgado, e o reconhecimento por parte de diversas entidades particulares e públicas do trabalho do Município de Torre de

14
Pedro
MA

Moncorvo – e somos todos nós que fazemos – com a atribuição do galardão do Rio de Onor em Bragança. -----

Realçar também que temos vindo a cumprir o Plano de Estabilidade Financeira, o que é perfeitamente notável do que temos vindo a conseguir, em termos de diminuição da dívida. ----

E portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, são estas as notas mais importantes que quero destacar neste relatório para esta Assembleia Municipal. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Estão abertas as inscrições para o primeiro ponto da ordem do dia. Quem pretende inscrever-se? Temos cinco inscrições. -----

Sr. Deputado Fausto Tiago, faça favor. -----

-----**O Deputado Fausto Tiago:** Ora, muito bom dia, Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados e demais presentes na sala. -----

Eu não vou propriamente intervir sobre a atividade municipal, ficará para os meus colegas mais jovens, que têm ainda “sangue na gueltra”. -----

Mas, ouvi aqui o Sr. Presidente da Câmara dizer uma coisa que, em trinta anos de Assembleia Municipal, nunca ouvi, nem àquele Presidente que foi durante tantos anos Presidente, e que muitos de vocês acusavam de prepotente, ouvi tal ameaça. O Sr. Presidente acabou, há pouco, de ameaçar um deputado desta Assembleia com o tribunal. -----

Sr. Presidente, se o senhor tem ainda um pouco de consciência democrática, se existe por aí ainda alguma coisa que tenha a ver com democracia, o Sr. Presidente devia reconhecer o erro e pedir desculpa à Assembleia e ao deputado que ameaçou. Acho que é um ato inconcebível. Nunca, em trinta anos que eu ando aqui nesta Assembleia Municipal de Moncorvo, ouvi tal disparate, Sr. Presidente. O senhor ameaçou com o tribunal um deputado, que se limitou a vir aqui pedir informações, a pedir esclarecimentos. -----

Sr. Presidente, o senhor devia ter vergonha daquilo que acabou de dizer. Eu nunca disse esta palavra em Assembleia Municipal, é a primeira vez, mas o senhor devia ter vergonha daquilo que disse, ameaçar um deputado com o tribunal. O senhor está aqui numa Assembleia política, apresente argumentos, não ameace. O senhor ameaçou-o com o tribunal. É inconcebível, Sr. Presidente. Acha que fez bem? Não acha que deve pedir desculpa à pessoa em causa e à Assembleia? Pois acho que ficava muito bem, Sr. Presidente, acho que lhe ficava muito bem. --
O senhor está quase no fim de doze anos de mandato, e esta é uma mancha que fica no seu currículo, mais do que qualquer outra. Esta é uma mancha que fica no seu currículo, o senhor

ameaçou com o tribunal um deputado que está aqui eleito livremente pelo povo. O senhor devia ter vergonha daquilo que acabou de dizer, Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Vítor Vieira. -----

-----**O Deputado Vítor Vieira:** Bom dia, Exmos. Srs. Membros da Mesa da Assembleia, membros do Executivo, Sras. e Srs. Deputados, funcionários do Município e estimado público presente. -----

Relativamente a este ponto, só tenho que elogiar as atividades do Município, espero que continuem a dar-lhes continuidade e, assim trazendo com as mesmas mais dinamismo e população ao nosso Município. -----

Quanto ao ponto anterior, relativamente à intervenção do Sr. Deputado José Aires, permitam-me que lhe dê uma palavrinha. Fico estupefacto com as provocações e observações que são trazidas a este púlpito. -----

Eu, enquanto Presidente da União das Freguesias do Felgar e Souto da Velha, só tenho a garantir-lhe, e a todos os presentes, que as águas continuam com a qualidade normal, não percebendo o que quer supor com essa abordagem, como é também do vosso conhecimento, nós (União de Freguesias do Felgar e Souto da Velha) continuamos a debater-nos com a posse do que temos direito, e, que devemos ser ressarcidos do que nos querem tirar a troco de nada, e, irei defender até ao fim, mesmo que legalmente, os direitos da União de Freguesias. -----

Mostro-me sempre cooperante com todas as entidades, nomeadamente Delegado de Saúde, e numa das reuniões com o Delegado de Saúde, na qual me disse que tudo o que acontecesse com a população do Felgar estaria sobre os meus ombros, o que compreendo a minha responsabilidade, bem sei que tenho os ombros largos, mas posto isto nunca faria atos que pusessem em causa o bem-estar ou a saúde da população. Foi para defender a nossa identidade, cultura e património, que fui eleito e é por isso que aqui estou. -----

Agora Sr. Deputado, acho que é uma informação grave que veio aqui tentar passar, parece-me que estava a tentar insinuar que nós teríamos conhecimento dos resultados ou que teriam sido adulterados. É que se foi isso, não seria só aqui que iríamos resolver, mas sim em local legal, esteja bem certo do que quer transmitir, porque eu sou pessoa honesta, sempre fomos idóneos. Quanto aos resultados, só os recebíamos nas datas agendadas sem sequer sabermos qual é o local ou a data da sua colheita tal como é assim o seu correto procedimento e sem que nunca tenha pedido qualquer favor ou adulteração. -----

Portanto, estamos de consciência completamente tranquila, e estarei sempre disponível para o esclarecer a qualquer momento, irei mostrar-lhe todas as análises, documentos e e-mails. -----

Se houvesse dúvidas teria vindo a judiciária e estaríamos envolvidos nessa polémica. -----

M.
Pedro
M.

Portanto pare com as insinuações, seja direto, e espero ter visto as suas dúvidas esclarecidas. -
Obrigado pelos minutos dispensados. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Vítor Vieira. Sr. Deputado José Aires, faça favor. --

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia. -----

Relativamente à resposta e ao teor da intervenção que foi efetuada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, dizer também que é algo a que nunca assisti, mas pronto, se for esse o desígnio, lá nos encontraremos, em local próprio. Estou aqui para fazer política e para pedir esclarecimentos, e nunca deixarei, sob qualquer tipo de ameaça, de o fazer. É só para lhes garantir, porque sou quem sou, e sou filho de quem sou, e portanto, estou perfeitamente à vontade. -----

Nas notícias publicadas pela CIMDouro e por alguns Presidentes dos Municípios que dela fazem parte, uma ressalva: o Município de Torre de Moncorvo não publicou nada, nadinha, quer no sítio eletrónico, quer no Facebook oficiais. Uma comitiva deslocou-se a Bruxelas para participar na Semana Europeia das Regiões e Municípios, que decorreu de 9 a 12 de outubro, onde autarcas dos Municípios do Douro e do Secretariado Intermunicipal participaram e debateram o futuro das políticas de coesão da União Europeia. -----

Podemos dizer que a delegação de Moncorvo que integrou a comitiva foi uma delegação de peso, não só pelo peso específico, mas também pelo número de participantes – consegui visualizar seis – composta pelo Presidente da Câmara, Nuno Gonçalves, pelo Vice-presidente, Victor Moreira, pelo Chefe de Gabinete, José Meneses, pelo Secretário Geral da Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos, Nuno Trigo, pelo 1.º Secretário Executivo da CIMDouro, João Rodrigues, e pelo João Pavão, representante legal da empresa Peacock Smartbusiness Services – Unipessoal, Lda., com quem a CIMDouro assinou, só neste ano de 2023, dois contratos no âmbito da Cidade Europeia do Vinho de 2023, no valor de 47.293,50€. - Não sei se algum membro da delegação Moncorvense participou nos diversos painéis temáticos. Talvez o Sr. Vice-presidente, na área do turismo, área que lhe é tão cara, tenha dado a conhecer e explicado o crescimento de 180% de turistas que, segundo ele, aconteceu no concelho, no vosso primeiro mandato. -----

De lá até agora, o número de visitantes deve ter aumentado exponencialmente, e terá sido essa a razão pela qual terá promovido a atividade “Over Tourism – Turismo de Massas”, no dia 27 de setembro de 2022, Dia Mundial do Turismo, conforme deu conhecimento ao Executivo Municipal nesse mesmo dia. -----

Em boa verdade, o turismo de massas e com massas anda rio acima e rio abaixo, e os munícipes Moncorvenses continuam a ver passar navios. A promessa da coligação PPD-PSD/CDS-PP de

M
Pediço
M.

construir um cais ancoradouro não passou disso mesmo, um engodo para a caça ao voto. -----
Segundo a publicação do deputado do PSD no Parlamento Europeu, José Manuel Fernandes, a Semana Europeia das Regiões e Municípios é dedicada à política regional, e visa divulgar a forma como os Municípios utilizam os fundos comunitários. Alto e pára o baile, na página do Município, no capítulo “Viver”, no setor “Economia”, aparecem em subtítulo os projetos cofinanciados pela União Europeia. Consultadas as diversas fichas aí publicadas, nos planos de ação para a regeneração urbana (vulgo PARU), além do Museu do Castelo, são várias as obras que antes de o ser, já o eram, a saber: - a obra de reabilitação do edifício existente no Parque Verde, Quinta Judite - Casa de Chá, com a data de conclusão inscrita de 31 de dezembro de 2019, seis meses depois, em 29 de junho de 2020, o Presidente da Câmara informava que ainda estava em execução; - a obra de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Torre de Moncorvo, a data de conclusão inscrita é 30 de junho de 2019, mas decorridos dois anos, na reunião de 28 de junho de 2021, o Sr. Presidente da Câmara, na informação escrita, dava conhecimento de que a obra estava em execução; - a obra de Requalificação do Matadouro Municipal, a data de conclusão inscrita é 31 de dezembro de 2020, no entanto, o Sr. Presidente da Câmara, passados um ano e onze meses, na reunião de 30 de novembro de 2022, dava conhecimento a esta Assembleia Municipal que ainda se encontrava em execução; - também a obra de Requalificação do Poço Medieval, com a data de conclusão de 17 de maio de 2022, quatro meses e meio depois ainda estava em construção; - e ainda a Reabilitação Urbana no Acesso ao Parque Verde Eng.º Aires Ferreira - Conclusão do Espaço Público do Bairro do Montesinho, com o término inscrito a 17 de maio de 2022, passados vinte e um meses, ainda estava em construção, em 17 de fevereiro de 2023, segundo as palavras de V. Exa. -----

E nem me vou alongar pelas obras do POSEUR e PAMUS, porque o tempo de intervenção é limitado. -----

Sr. Presidente, das duas, uma: ou andou alegadamente a enganar os membros desta Assembleia, ou a Comunidade Europeia. Nas fichas, as obras foram dadas por concluídas, quando, na realidade, continuaram em execução, e algumas só começaram depois das datas de conclusão, que só podem ser fictícias, considerando as suas informações escritas sobre a atividade municipal, que ao longo do tempo tem prestado a esta Assembleia no Ponto n.º 1 da ordem de trabalhos, no âmbito das suas competências próprias que a Lei lhe confere.-----

A CIMDouro e o Presidente da CCDR Norte estiveram presentes, no passado dia 12 de agosto, na inauguração da Casa de Chá, na Requalificação do antigo Matadouro e na Reabilitação Urbana do Acesso ao Parque Verde Eng.º Aires Ferreira - Conclusão do Espaço Público do Bairro do Montesinho. Qual o papel das entidades fiscalizadoras nesta forma de atuação? Impõe-se a V. Exa. as explicações necessárias, pois tal situação poderá configurar consequências graves para o concelho. -----

14
Edo
M

Vou entregar na mesa cópia das fichas das obras citadas, a fim de serem anexadas à ata -----
Disse. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Sílvia Santos. -----

-----**A Deputada Sílvia Santos:** Queria reforçar aqui um bocadinho mais a questão relativamente às minas, mas mais em termos locais, que tenha mais interesse no nosso Município. -----

A exploração mineira pela empresa Aethel não passa de uma pedreira a céu aberto. O contrato de concessão não está a ser cumprido pela empresa, pois não há qualquer exploração mineira, conforme previsto no contrato; há apenas o escavar de um monte para a produção de areias ricas em ferro. A paisagem começa a ficar demasiado degradada, de forma irreversível, sem quaisquer contrapartidas para o Município. Os camiões continuam a circular, carregados, em direção ao Porto de Leixões, sem qualquer controlo de qualidade de inertes que são retirados ao concelho. -----

Sr. Presidente, sendo a Câmara Municipal a autoridade de gestão do nosso território, e que beneficiará das medidas financeiras compensatórias, gostaríamos que assumisse uma posição firme na defesa dos nossos recursos naturais, sem esquecer o apuramento e arrecadação da receita a que a Câmara tem direito por força do contrato de concessão. -----

A nossa indignação e preocupação com este projeto ficaram mais evidentes com a reportagem emitida pelo canal SIC, na qual o Sr. Presidente mostrou também o seu desconforto e pouca segurança com a viabilidade deste projeto. -----

Muito obrigada. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sra. Deputada. E para terminar esta ronda, o Sr. Deputado Diogo Oliveira. -----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Após a leitura da informação disponibilizada pelo Sr. Presidente, ao longo dos dez anos em que o Sr. Presidente se encontra à frente da Câmara Municipal, não consigo realçar um ponto que, de facto, prime pela diferença, ou prime por revelar um crescimento económico e competitivo do nosso concelho, seja em que setor for. -----

Sr. Presidente, no dia 10 de dezembro de 2023 saiu uma notícia no Diário de Notícias em que Portugal se encontra às portas de se tornar um dos maiores produtores mundiais de amêndoa. De referir que a produção nacional vai ser suficiente, de forma a suprir a procura interna. Não

obstante, vai-se conseguir incrementar em 20%, face a 2022, a produção de amêndoa. -----

Como sabemos, a atividade agrícola é uma atividade económica importantíssima no nosso concelho. Adicionalmente, nem sempre se consegue atingir uma produção ideal, seja por falta de incentivos suficientes, seja por más condições climatéricas, seja por outro motivo em especial. Num foro profundamente económico e de criação de riqueza, seria importante, na minha ótica, a criação de incentivos à produção por parte da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo. Existem diversos apoios, sejam nacionais, seja no ???, com vista ao desenvolvimento de negócio, mas considero que o Concelho de Torre de Moncorvo se poderia destacar com a criação de incentivos por escalões de produtividade, e não apenas de produção. -----

De referir que este tipo de incentivos não necessita de ser a nível monetário, pode ocorrer através de uma ajuda na promoção dos produtos, seja nacionalmente, seja internacionalmente. O Município, apoiando nesse sentido, poderia ajudar na criação de sinergias realmente justificativas para que os produtores possam aumentar a produção e a produtividade, e ao mesmo tempo contribuindo para que o Concelho de Torre de Moncorvo se demarque a nível nacional e internacional. -----

Sabemos que a direita e, por defeito, a coligação que compõe o Executivo Municipal do nosso concelho, não é defensora do Estado Social, um Estado em que todos sejam defendidos e em que as assimetrias sociais e as desigualdades económicas sejam combatidas. Esta é uma bandeira do socialismo democrático e da social democracia, mas quando só se é social democrata de nome, muito se perde. O que é mais importante para um ser humano é o respeito, sentirmos que o nosso trabalho é dignificado, que é respeitado, que nós somos reconhecidos, consigamos produzir um, cinco, dez ou cem toneladas de produto. Isso é unir um concelho, é promover o Estado Social dentro de Torre de Moncorvo, é lutar contra a desigualdade. E o Sr. Presidente pode ajudar a combater isto. Assim, conseguimos promover o nosso produto e o nosso concelho. Assim, conseguimos ter um concelho economicamente competitivo e mais capaz para atrair novos produtores, e combater o seu maior defeito, o lugar de Torre de Moncorvo no top dos concelhos com maior perda populacional, com uma taxa superior a 20%. -----

Obrigado. -----

-----O Presidente de Mesa: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente da Câmara. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal: Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado também aos Srs. Deputados pelas questões que aqui foram levantadas. -----

Sr. Deputado Fausto Tiago, eu sei que nós vamos perdendo capacidade de memória, e o senhor tem perdido, mas tem sido a correr – peço desculpa que lhe diga isto. Eu podia dar-lhe aqui N exemplos de ações que foram intentadas contra deputados municipais, contra líderes da

Oposição, e que foram a tribunal, pagos principescamente por advogados da Câmara. E o senhor era um dos responsáveis, era um incendiário, era o senhor -----

E vou dizer-lhe mais: o que eu lhe disse, e volto a dizer, é que o Sr. Deputado José Aires deve vir aqui dizer quem é o funcionário que está a concorrer e a ir a concursos, porque se não o disser, a Câmara – foi o que eu disse – ela própria terá que intentar uma ação, porque não pode ser enganada. Se não tem acumulação de funções, não o pode fazer. E o Sr. Deputado disse aqui que um gestor de um contrato, funcionário da Câmara, concorreu, e que lhe foi dado um contrato. Está-me a dizer que escreveu ali, é isso? Escreveu ali o nome? Se escreveu, eu vou ver. -----

E foi aí que eu lhe disse. Eu não chego aqui e não meto ações contra ninguém. Não ameacei nada, o senhor não percebeu nada do que eu disse, o senhor não percebeu nada, porque o senhor só entende – é que nem curvas consegue fazer, só retas; o senhor, nem curvas consegue fazer. -----

E portanto, a mancha fica para si, desde 1974 até agora, como o incendiário da política concelhia. É essa a mancha que fica para si. -----

E portanto, não aceito de si qualquer consideração moral ou ética sobre como conduzir os destinos do concelho. -----

Sr. Deputado José Aires, todas as obras, em termos de comparticipação financeira europeia, são reprogramadas e reprogramáveis. Ainda agora tivemos mais uma reprogramação, que pode ir, como bem sabe, até 31 de dezembro, e até pode haver pagamentos para além do dia 1 de janeiro. E portanto, são essas obras e essas reprogramações que temos que fazer com a entidade de gestão. -----

Ninguém aqui enganou nada, até por uma razão simples: se há Câmara com denúncias anónimas diárias que chegam às entidades fiscalizadoras, é a Câmara de Moncorvo. E portanto, quando sairmos daqui estamos perfeitamente à vontade, porque já todas foram escrutinadas, e mais algumas, e com algumas perguntas que o senhor aqui faz. Portanto, estamos à vontade nisso. -----

E se vêm inaugurar – o senhor disse muito bem – se vêm inaugurar, e se foi o Presidente da CCDRN que veio inaugurar, é porque, de certeza absoluta, tudo foi cumprido. O que o senhor traz, para trazer aqui alguma confusão, são os contratos assinados entre o Município e os empreiteiros, mas depois não traz as prorrogações – não traz as prorrogações que têm que ser submetidas no balcão da entidade gestora dos fundos financeiros, e que são aprovadas, ou não. E é essa reprogramação que passa a funcionar em termos do que é o prazo limite. E eu já lhe disse aqui uma, duas, três vezes, que o prazo limite passou, para a parte financeira, para 30 de novembro. Eu até cheguei aqui a dizer, se fosse agora, com as medidas que o Governo adotou

14
Pedro
40.

em termos de ter benefícios bancários, nem tinha terminado algumas – eu disse-o aqui, e volto a repeti-lo. -----

Portanto, o senhor está a confundir uma coisa com a outra, as reprogramações que vão sendo feitas ao longo do quadro comunitário. E é a partir desse momento que a Câmara Municipal – esta e outras – fixa o prazo para entrega de obra. E digo-lhe uma coisa, são necessários quinze dias antes para a entrega dos documentos físicos para fecharmos as candidaturas, e isso tem sido feito em todos os quadros, desde o início do QREN, passando pelo 2020, e agora há-de ser no 2030, que, como sabe, é 2020-27, e já estamos em 2023 e ainda não iniciou. E isso é que me preocupa verdadeiramente. E já não será para eu executar, mas preocupa-me verdadeiramente, porque estamos em 2023, termina a 2027, e, como sabe, dois mais um, que eram os prazos europeus, foram retirados, e agora só existe o prazo do “mais dois”. Portanto, isto é que nos deve preocupar a todos. -----

Sra. Deputada Sílvia Santos, obviamente que se alguém entende que deve receber aquilo que são os nossos recursos, somos nós próprios, quer sejam hídricos, quer sejam eólicos, quer sejam fotovoltaicos, quer sejam das minas. Enquanto estamos a aguardar decisões que politicamente já foram tomadas pelo Secretário de Estado das Finanças, quanto às hídricas, quanto às eólicas, e por despacho já foram nas fotovoltaicas, nas minas é a DGEG que tem essa responsabilidade de notificar o Município. E nós, já por várias vezes, quisemos saber qual é a pesagem e quanto é que o Município tem a receber. A DGEG lá nos há de notificar e prestaremos as devidas informações. -----

Mas, aproveitando, até dia 22 de dezembro está em consulta pública o RECAP 2.º fase de reativação das minas, e essas preocupações que demonstrou aqui – digo-lho a si e a todos – devem ser colocadas no RECAP, porque é esse documento que nos vai permitir saber o que é que vai ser construído daqui para a frente, sendo certo que o que falou, e muito bem, do que temos em termos de extração a céu aberto se trata daquilo que eram os primeiros cinco anos da primeira fase do projeto, que era limpar, no fundo, a escória que tinha sido deixada, mas que, sendo um material que tinha sido utilizado com sucesso no Porto de Sines, permitiria que a orla costeira, com as alterações climáticas, e o Porto de Leixões, tivessem o mesmo tipo de construção. E portanto, foi isso que foi retirado, são estes cinco anos. Estamos na fase agora, até 22 de dezembro, de nos pronunciarmos, quer em termos de água, de depósitos de materiais, estamos agora, até 22 de dezembro, volto a referir, qualquer um de nós, em posição de o poder fazer. A Câmara foi notificada ontem pela Agência Portuguesa do Ambiente, que é quem, depois, irá dar o parecer final. Mas, qualquer cidadão pode, no RECAP, dar conta das suas preocupações. Eu acho que o devemos fazer todos. Eu pensei que me fosse falar também deste problema que é, na Estrada Nacional, os camiões passarem, e eles estão obrigados, e não

14
Pedro
HA

limpam a estrada. Mas, como sabe, a Câmara também envia para as entidades policiais competentes para irem fiscalizar isso, não somos nós, por ser uma E.N. -----

Sr. Deputado Diogo, só vou à parte final da sua intervenção. Como sabe, em termos de produção de amêndoa, o concelho continua a ser o maior produtor, foi aquele que no Douro mais plantou. E dizer-lhe só uma coisa: para praticarmos o Estado Social, não é fazermos com que todos tenhamos o mesmo dinheiro no bolso; é todos termos a mesma oportunidade para termos o mesmo dinheiro no bolso. Não podemos falar do Estado Social à moda da Venezuela; não podemos falar do Estado Social à moda de Cuba. Não é esse, provavelmente, o Estado Social que o senhor quer. -----

Quando temos que cobrar IRS, a nenhum Presidente da Câmara é agradável, ou a nenhum Ministro, ou a nenhum Primeiro Ministro, ter que fazer e aplicar taxas ou impostos, mas temos que o fazer, porque nós, ao aplicarmos os 5% - e já lhe disse que nos 5% do IRS, só vinte e pouco por cento da população é que paga IRS em Torre de Moncorvo – permite que haja transportes gratuitos oncológicos, permite que haja medicação gratuita, permite que haja teleassistência, permite que haja apoio às famílias carenciadas, permite que haja obras para aqueles que não conseguem ter simples obras de mudar um telhado ou uma casa de banho. É esse dinheiro que permite pagar estes investimentos. Mas, só o podemos fazer se tivermos arrecadação de receitas. -----

E portanto, o Estado Social também vive disto. Não vive, por exemplo, como está neste Orçamento de Estado, e que estava para deixar de estar desde 2021, não vive de taxas que o Governo cobra à Câmara sempre que abre uma cova no cemitério, e tem que pagar taxa de audiovisual. A isso é que o senhor devia fazer uma referência no próximo congresso, se estiver lá presente. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente da Câmara. -----

Segunda ronda de intervenções. Há duas inscrições. -----

Sr. Deputado José Aires. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Tal como os restantes membros desta Assembleia, recebi convite para a inauguração das obras de requalificação da Escola Secundária Dr. Ramiro Salgado a dois dias do acontecimento. Gostaria de ter estado presente, mas o curto prazo entre o convite e a data da inauguração impossibilitou alterar compromissos profissionais e familiares, situação que lamento. -----

O Presidente do Comité Europeu das Regiões, Dr. Vasco Cordeiro, honrou a cerimónia com a

M.
Pedro
M.

sua presença. Certamente que o convite lhe foi endereçado atempadamente, para poder dar resposta às inúmeras atividades a que um cargo desta natureza obriga. -----

Quero crer que a delegação Moncorvense, quando se deslocou a Bruxelas no início da segunda semana de outubro, a vinte e quatro dias da data da inauguração, aproveitou para reforçar e formalizar o convite, se é que não estava já tudo acertado em devido tempo. Sei que estiveram juntos, pois vi fotos de grupo conjuntamente com o Dr. Vasco Cordeiro. -----

Da mesma maneira, aos deputados municipais é devido um tratamento de respeito e consideração que, de forma reiterada, não é praticado pelos responsáveis autárquicos. Houve mais que tempo para que os convites fossem enviados aos deputados municipais atempadamente, para se poderem organizar e marcar presença num espaço que faz parte da adolescência da maioria dos presentes, e pelo qual certamente nutrem especial carinho. -----

Sr. Presidente, o senhor não esclareceu as questões colocadas na primeira parte da minha intervenção. É sempre a mesma coisa, a falta de transparência e de informação marcam a sua governação. Ficam claras as dificuldades impostas, quer pelo Sr. Presidente da Câmara, quer pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, na obtenção da documentação por mim solicitada sobre estas matérias. -----

Termino, voltando a citar Abraham Lincoln: "*Pode-se enganar a todos por algum tempo, pode-se enganar alguns por todo o tempo, mas não se pode enganar todos o tempo todo*". -----

Obrigado. -----

E antes de passar a palavra ao próximo interveniente, fazer uso do meu direito regimental e apresentar um requerimento à Mesa. -----

Requerimento n.º 13, que passo a ler, dentro dos três minutos previstos: -----

-----**Requerimento 13/2023**-----

"Exmo. Sr. Luís Miranda Rei, Presidente da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo -----

Data: 14 de dezembro de 2023 -----

Assunto: Restaurante Jardim -----

Considerando que: -----

- 1. No início do mês, no Porto Canal passou uma reportagem sobre o Restaurante Jardim, propriedade do Município de Torre de Moncorvo, concessionado no âmbito de hasta pública, edital n.º 20/2023; -----*
- 2. Começou a funcionar de forma parcial, com serviço de bar e esplanada, desde 10 de junho de 2023, durante o Festival do Solstício, conforme anunciado na rede social Facebook; -----*
- 3. Em 12 de setembro estava afixado um aviso na caixa do correio, junto à porta de entrada, informando que estavam fechados temporariamente, que se manteve pelo menos até ao fim do mês, de acordo com fotos em anexo; -----*

M.
Pedro
M.

4. O dia 13 de outubro foi o dia da inauguração em formato restaurante, conforme a publicação na página do Facebook; -----

5. Nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 9.º do Caderno de Encargos (C.E.) constituem causas legítimas da resolução do contrato o abandono ou a não exploração do estabelecimento por um período superior a trinta dias; -----

6. Também de acordo com as alíneas a) e b) do art.º 6.º do C.E., são obrigações do arrendatário requerer junto da Câmara Municipal o horário de funcionamento do Café / Restaurante e explorar o estabelecimento em moldes que confirmam elevados padrões de qualidade; -----

7. Não é permitida a utilização por outrem, ainda que acidental ou temporária, segundo o Ponto 2 do art.º 4.º do C.E.; -----

8. Quem apresentou o restaurante na reportagem televisiva foi o deputado municipal Bernardo Silva, referindo, e passo a citar: "Estamos com uma administração nova e estamos a lançar-nos no mundo da gastronomia no nosso restaurante". -----

Face ao exposto, e no uso das competências próprias da Assembleia Municipal, alíneas a), d) e f) do n.º 2 do art.º 25.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o disposto no art.º 5.º e no n.º 1 do art.º 12.º da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, que regula o regime de acesso à informação administrativa e aos documentos administrativos, solicitam-se os seguintes documentos: -----

1. Cópia do contrato assinado com o(s) adjudicatário(s) / concessionário(s); -----

2. Horário de funcionamento requerido pelo concessionário; -----

3. Quais as razões para o funcionamento intermitente desde a abertura e os motivos que levaram a um período de fecho tão prolongado, pondo em causa a exploração do estabelecimento em moldes de elevada qualidade; -----

4. Qual a quota-parte do administrador Bernardo Silva na administração / sociedade. -----

Com os melhores cumprimentos, -----

O deputado municipal, José Aires" -----

E passo a entregar na Mesa. -----

Obrigado. -----

-----O Presidente de Mesa: Obrigado, Sr. Deputado. E dava a palavra ao Sr. Deputado Fausto Tiago. -----

-----O Deputado Fausto Tiago: Ora bem, Sr. Presidente, quando não se sente confortável com as acusações, dispara em todos os sentidos. Então, o Fausto é incendiário, o Presidente da Câmara meteu várias pessoas em tribunal. -----

O que eu disse aqui foi que nunca um Presidente da Câmara ameaçou um deputado com a

justiça, aqui na Assembleia Municipal, nunca. O senhor é o primeiro, inaugurou essa nova fase. Esse foi o primeiro, esperemos que seja o último. -----

Depois, diz que eu fui incendiário, quer dizer que eu tive alguma culpa – não sei se o Presidente da Câmara moveu alguma ação em tribunal contra algum dos deputados, não sei, nem tenho nada a ver com isso, um mero deputado municipal não sabe nada dessas coisas, Sr. Presidente. O senhor não venha com invenções. -----

E mais, o senhor acaba por fazer uma acusação grave, é aquilo que hoje está em moda, é o ????. Então, começa por dizer “o senhor já tem...” – não disse bem “uma certa idade”, mas o senhor já se esqueceu, já não sabe bem, e tal. Eu sei que tenho uma certa idade, mas lembro-me perfeitamente que nunca nesta Assembleia Municipal um Presidente da Câmara ameaçou um deputado, disso tenho a certeza, Sr. Presidente. -----

E o senhor não reconhece o erro, e vem atacar, vem com duas pedras, diz que sou incendiário, diz que o Presidente da Câmara meteu várias pessoas em tribunal. Sr. Presidente, se meteu ou não meteu, não sei; sei é que aqui, na Assembleia Municipal, nunca ameaçou ninguém, disso tenho a certeza absoluta, Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. -----

Sr. Deputado Fausto Tiago, o PS fez aprovar uma moção nesta Assembleia Municipal, contra um conjunto de professores, para fazer queixa à Inspeção Geral da Educação. Eu não disse que foi você, disse que o Partido Socialista, aqui há uns anos, aprovou uma moção contra um conjunto de professores de Moncorvo, em que fizeram uma queixa à Inspeção Geral de Educação. É uma questão de memória, Sr. Deputado, é uma questão de memória. Depois eu posso mostrar-lhe os dados. Foram os deputados do Partido Socialista, assinado por cinco deputados do Partido Socialista. Pronto, mas foram os deputados. -----

Quando quiser falar sobre os poderes das Assembleias Municipais, dos Presidentes das Assembleias Municipais, da Lei autárquica que temos, estou perfeitamente à vontade para isso. E digo-lhe, o Partido Socialista tinha uma maioria absoluta na Assembleia da República, acho que tinha sido uma boa oportunidade para mudar e adaptar a Lei aos tempos modernos. -----
Sr. Presidente, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado. -----

Ainda alguns devem recordar-se que havia Presidentes da Assembleia Municipal de cronómetro na mão para só poderem falar aquele tempo estipulado. Ainda alguns se devem recordar, estavam no Salão Nobre, quem entra do lado direito, e devem-se recordar de estar na primeira fila, e quando um deputado eleito pelo PSD – na altura, um deputado de Maçores – falava, foi pedido por alguém para chamar a Guarda Nacional Republicana para o retirar. Tudo isso se

14.
Reduz
M.

passou na Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo, e ainda me recordo de alguns Presidentes de Junta de Freguesia dessa altura – ainda me recordo. -----
Foi uma célebre altura em que tive a oportunidade de oferecer ao então Presidente da Junta de Freguesia do Peredo dos Castelhanos um livro do José Saramago, “O ensaio sobre a cegueira”. E foi nessa Assembleia que se pediu para ser retirado pela GNR, e onde se levantavam – nós sabemos do que estamos a falar. E portanto, neste ponto não pretendo dizer mais nada. -----
Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Ponto n.º 2, Autorização para Contratação de Empréstimo a curto prazo para o ano de 2024. -----
Sr. Presidente da Câmara. -----

PONTO 2 — AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO PARA O ANO DE 2024. -----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **Diogo Oliveira** (PS). -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Deputados: -----

O Ponto n.º 2 trata-se, como tem sido hábito e se tem feito desde sempre – não só deste Executivo, mas dos Executivos anteriores – de nos permitir ter um empréstimo que sirva de tesouraria para alguma dificuldade que houver. -----

Se tiverem a curiosidade de ver, nas contas que são apresentadas a 7 de dezembro, na situação financeira, já não constam os 750.000€ que pedimos sempre, para poder estar durante o ano civil – porque inicia a 1 de janeiro e termina a 31 de dezembro – para podermos ter ali, se houver necessidade de o usar. -----

E portanto, o que solicitamos à Assembleia Municipal é que aprove, conforme a Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou, o empréstimo de 750.000€, contratação de empréstimo de curto prazo. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----
Intervenções no Ponto n.º 2? Sr. Deputado Diogo Oliveira, faça favor. -----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Obrigado, Sr. Presidente. -----
Sr. Presidente, na última Assembleia Municipal, o Sr. Presidente voltou a inspirar-se na sua tão nobre falta de respeito e chamou-me de ignorante, porque apesar de o assunto tratar de

h
Pedro
M.

empréstimos, o Sr. Presidente referiu que não estava a falar no ponto certo, apesar de o assunto ser esse mesmo. Portanto, antes de me levantar, até li duas vezes esta matéria, para ver qual dos dois era mais ignorante. Mas, como “para bom entendedor, meia palavra basta”, levantei-me e cá estou. -----

Do nada, o Sr. Presidente transformou-se no “homem dos empréstimos”. Será que na próxima vez vamos ter mais um novo empréstimo? Deixe-me adivinhar, na próxima Assembleia Municipal vamos ter um novo empréstimo, porque o Sr. Presidente voltou a fazer uma nova má gestão financeira, aplicou mal o dinheiro, e vai solicitar um novo empréstimo. Para quê? Nada mais, nada menos, para findar as obras que o Sr. Presidente já deveria ter terminado há dois e três anos. É isso, Sr. Presidente? -----

O Sr. Presidente pede agora autorização à Assembleia Municipal para a contratação de empréstimo a curto prazo. O Sr. Presidente sabe o que diz a Lei sobre estes empréstimos, é que só servem para uma, e uma única coisa. Vai admitir nesta Assembleia que é para meros assuntos de tesouraria? Vai admitir nesta Assembleia que o Município está com dificuldades de tesouraria? Que a Câmara Municipal se encontra com dificuldades de tesouraria, Sr. Presidente? Queira explicar a esta Assembleia o por quê destas dificuldades. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado Diogo Oliveira. Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Sr. Deputado, não me leve a mal a pergunta que lhe vou fazer, porque é mesmo sincera: não vê mal, pois não? Não tem problemas de dioptrias? É que eu tenho. Não vê, pois não? Bem, para quem diz que este Município gere mal, na pág. 54 do Orçamento, isto era o que tínhamos, e isto é onde estamos, em empréstimos bancários. Isto é o que nós estamos a fazer, à média de 1.000.000€ por ano de amortizações. -----

Portanto, a resposta está aqui, basta o senhor ler. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Segunda ronda de intervenções. Sr. Deputado Diogo Oliveira, faça favor. -----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Esta Assembleia Municipal já sabe que o Sr. Presidente é um profundo desconhecedor da Lei. Já o vimos, noutras ocasiões deste seu famoso mandato, como foi o caso, por exemplo, dos seus atropelos à Lei, quando se debateu a matéria do CMJ. O Sr. Presidente conhece a Lei que

14
Edo
M.

rege o Regime Financeiro das Autarquias e das Entidades Intermunicipais, nomeadamente quanto ao endividamento municipal e seus princípios orientadores, e como é agora o caso, quanto ao regime de crédito dos Municípios e contratação de empréstimos de curto prazo? -----

A Lei é muito clara: sem prejuízo dos princípios da estabilidade orçamental, da solidariedade recíproca com o Estado, e da equidade intergeracional, o endividamento municipal orienta-se por princípios de rigor e eficiência, sendo certo que o pedido de autorização à Assembleia Municipal para a contratação de empréstimos é obrigatoriamente acompanhado de informação sobre as condições praticadas em pelo menos três instituições – condições praticadas – autorizadas por Lei a conceder crédito, bem como acompanhado de um mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município, e que os empréstimos a curto prazo são contraídos apenas para acudir às dificuldades de tesouraria. -----

A Lei diz “obrigatoriamente”, Sr. Presidente. A Lei, Sr. Presidente, é a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Está tudo na letra da Lei, Sr. Presidente, designadamente nos art.º 48.º, 49.º e 50.º. Mas, mais uma vez, o Sr. Presidente resolve continuar a desobedecer à Lei. A Lei não fala que devam ser convidadas três instituições bancárias, e que se declare à Assembleia Municipal que foram apresentadas duas propostas; a Lei diz que a contratação de empréstimos é obrigatoriamente acompanhada de informação sobre as condições praticadas em pelo menos três instituições autorizadas por Lei a conceder crédito. Esta informação obrigatória por Lei, e que o Sr. Presidente não cumpre, deve ser acompanhada de um mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município, e não de dois singelos mapas resumo das propostas de apenas duas entidades bancárias. -----

Sr. Presidente, a Lei não requer que apresente a esta Assembleia o mapa resumo das instituições bancárias; o que a Lei lhe ordena fazer nesta Assembleia é apresentar um mapa demonstrativo da capacidade de endividamento da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo. -- A Lei, Sr. Presidente, tem que ser cumprida por todos, e em todo o país, mesmo aqui, no nosso concelho. Ou as dificuldades financeiras são de tal ordem que o Sr. Presidente as quer esconder desta Assembleia Municipal? -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Bom, agora já não lhe faço a pergunta, já vi mesmo que é um problema técnico. Eu acho que o Sr. Deputado consegue ver quais são as propostas, quais foram os juros que são propostos, qual é o intuito do empréstimo, e quais foram as respostas das entidades bancárias. Consegue ver mais, consegue ver a comissão de abertura e a comissão de análise, consegue ter o mapa da DGAL sobre a capacidade de endividamento. E

14
Edo
M.

portanto, não sei o que é que estava a perguntar, do palanque para baixo, porque está tudo na sua informação. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Antes de passar à votação, dizer – que já o devia ter dito, mas ainda vai a tempo – que estão presentes vinte e sete (27) deputados. O Sr. Deputado, Presidente da Junta da Horta da Vilarça, não está presente. -----

Iriamos, então, votar o Ponto n.º 2, que como está ali projetado, é a Autorização para a contratação de empréstimo a curto prazo para o ano de 2024. Votos a favor? Votos contra? Um (1) voto contra. Abstencões? Uma (1) abstenção. Foi aprovado, com vinte e quatro (24) votos a favor, um (1) voto contra, e uma (1) abstenção. Só votaram vinte e seis deputados, porque a Sra. Deputada Patrícia estava ausente no momento da votação. -----

Faça favor, Sr. Deputado. Três minutos. -----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

-----**Declaração de voto – Autorização para contratação de empréstimo a curto prazo:** -----

“Venho por este meio apresentar a minha justificação de voto, de acordo com a informação escrita partilhada. -----

Não sendo apresentada qualquer razão evidente para a contratação do empréstimo em questão, não estando elencadas quaisquer evidências da real necessidade do mesmo, inexistindo qualquer justificação para tal, e principalmente não estando cumprida a Lei em mais do que um ponto, a Assembleia Municipal não dispõe de outra solução que não seja não autorizar o empréstimo em questão. -----

Desta forma, o meu voto é contra. -----

O deputado, Diogo Miguel Tomás de Oliveira -----

Torre de Moncorvo, 14 de dezembro de 2023” -----

E passo a entregar na Mesa, para ser anexada à ata esta declaração de voto. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. -----

Dizer que me foi comunicado que o Sr. Deputado Alexandre Martins não está presente porque faleceu a avó. Depois entregará a respetiva justificação. -----

Ponto n.º 3, Orçamento e Plano Orçamental Plurianual para o ano de 2024. -----

Sr. Presidente da Câmara. -----

-----DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por maioria com **24 votos a favor, 1 voto contra (do deputado Diogo Oliveira) e 1 abstenção (do deputado José Aires)** autorizar “a Contratação de um Empréstimo a curto prazo para o ano de 2024, junto da Caixa de Crédito Agrícola, e aprovar a minuta do contrato”. -----

-----Estava ausente no momento da votação a deputada Patricia Neto. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 3 — ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PRURIANUAL PARA O ANO DE 2024. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **José Aires (PS), Luís Lopes (PS), Diogo Oliveira (PS), João Leonardo (Coligação PSD/CDS), Fausto Tiago (PS) e Sílvia Santos (PS)**. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados: -----
Uma vez que a mensagem do Presidente da Câmara é bastante extensa, eu não apresentarei mais do que aquela que já foi distribuída aos Srs. Deputados. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Intervenções no Ponto n.º 3, primeira ronda. Temos quatro inscrições. -----

Sr. Deputado José Aires. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Antes de passar aqui à intervenção sobre o Orçamento propriamente dita, dizer apenas que tem havido aqui um diálogo paralelo. Eu não sou desse tempo, desse tempo político, digamos assim, não tinha cargos políticos nessa altura, mas lembro-me perfeitamente de o Sr. Deputado Fausto – não sei em que termos é que lhe foi concedido o título de “incendiário”, mas lembro-me, quando era jovem, de estar no Peredo dos Castelhanos e ver precisamente o contrário, ele ser Presidente de Junta do Peredo dos Castelhanos e estar a ajudar a apagar incêndios. -----

Relativamente à intervenção sobre o Orçamento, as onze páginas das Grandes Opções do Plano, as sete páginas no Plano Plurianual de Investimentos e as seis do Plano de Atividades Municipal não se conseguem ler. Novamente, tive de solicitar, por duas vezes, ao Presidente da Assembleia Municipal, vinte e quatro páginas que não estavam legíveis. Na única resposta que

Handwritten signature: Pedro M.

M
Pedro
M.

obtive, foram-me reenviadas em formato ilegível. Só podem andar a brincar. E não são umas páginas quaisquer; são as páginas principais que contêm informação das atividades propostas para 2024, onde e como será obtido e gasto o dinheiro ao longo do ano de 2024. -----

Mais uma vez, a documentação enviada não está nas devidas condições. Será que os documentos enviados ao Executivo também não permitiram a sua leitura, e aprovaram um Orçamento sem conhecimento de causa? -----

Na parte da prosa, essa é bem legível: em 2024, haverá um superávit de 3.000.000,00€. Porque os documentos em condições de serem analisados não foram enviados dentro do prazo legal, não foi possível compreender como será conseguida esta façanha. Será a contar com a renda e os impostos das barragens? Quero deixar bem claro que considero de toda a legitimidade e que é de toda a justiça que os Municípios sejam ressarcidos do que lhes é devido. Ou estará a contar com as royalties da exploração mineira, cuja segunda fase deve estar a arrancar, tendo em conta que se encontra em consulta pública o RECAPE? Ou será que é desta que vamos finalmente receber 1.500.000€ do parque eólico que deixou fugir para Sines? Não sabemos, mas certamente o Sr. Presidente irá esclarecer. -----

Sobre as atividades que irão decorrer ao longo do ano, vou destacar uma que é copy / paste da que estava prevista no Plano e Orçamento para 2023, e que está escrita *ipsis verbis*: “Este Município irá continuar com a atividade referente às Festas da Boa Nova, onde criará um local destinado aos mais novos, para as crianças poderem vivenciar várias experiências, como visitar o Pai Natal, escrever-lhe uma carta, divertir-se nos carrosséis e roda gigante e participar num atelier de pinturas faciais. O Espaço Criança está situado na Praça Francisco Meireles, juntamente com o Mercado de Natal.” -----

Em 2019, 2021 e 2022, a Câmara Municipal adjudicou três prestações de serviços das Festas da Boa Nova – Vila Natal, pelas quais pagou 187.575€. Pais com crianças pequenas têm perguntado se este ano não vai haver a mesma atividade, uma vez que não aparece no cartaz que anuncia as Festas da Boa Nova. Como até agora ainda não foi montada a Vila Natal, com as atividades prometidas pelo Sr. Presidente da Câmara, as crianças começam a ficar impacientes e a questionar quando podem ir entregar a carta ao Pai Natal, andar nos carrosséis e roda gigante, como fizeram nos anos anteriores. Os pais tentam sossegá-las, dizendo: “Se o Sr. Presidente prometeu, é porque deve estar a acontecer.” Espera-se que o Sr. Presidente esteja a preparar a surpresa, e que não defraude as criancinhas e as suas famílias. -----

Disse. -----

-----O Presidente de Mesa: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Diogo Oliveira. -----

-----O Deputado Diogo Oliveira: Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

h.
Bedw
M

Sr. Presidente, atendendo à informação presente na documentação enviada, de suporte a este ponto, como deve ser do seu conhecimento, assumir que há uma diminuição requer que, de facto, essa diminuição exista. Mas, diga-nos: como pode aferir que há uma diminuição da dívida de empréstimos bancários, quando todos sabemos que o Sr. Presidente se tornou o “homem dos empréstimos”? -----

Ou ainda mais, de 31 de dezembro de 2017 até 31 de dezembro de 2023, houve uma diminuição, de facto, e se considerarmos como corretos os valores por si apresentados, conseguimos verificar que comparando o valor previsional para 31 de dezembro de 2024, esse valor também sofre uma diminuição para menos de metade. Mas, nunca poderemos fazer análises redutoras daquilo que é a realidade, e a realidade é exatamente o contrário, Sr. Presidente. O Sr. Presidente está a conduzir o Município para um aumento galopante da dívida, relativamente a empréstimos bancários. -----

Se em dezembro de 2024 se verificarem os quase 695.000€ de dívida, significa que vamos ter o maior valor de dívida dos últimos três anos, assim como no espaço de dois anos, teremos também um aumento da dívida em quase 70% - respondendo agora às suas afirmações que disse há bocadinho. -----

Sr. Presidente, vou repetir, 70%. E o problema não é a dívida em si; o meu problema reside em dois pontos: o primeiro reside na documentação enganosa, e o segundo reside no facto de contrair dívida para obras que já deveriam estar concluídas, e mesmo contraindo dívida, não faz obra nenhuma. -----

O chão que pisa, Sr. Presidente, foi o Partido Socialista que o fez; as avenidas e todas as construções, foi o Partido Socialista que as fez. As suas obras são compostas por um dossier repleto de ar e vento, e um conjunto de teias de aranha vivendo à sombra do que o Partido Socialista fez. -----

Acho interessante o facto de, no Orçamento, se encontrarem ilustrações alusivas ao 25 de abril, até com a palavra “liberdade”. Interessante, por virem de um Presidente da Câmara que nem cumpre a Lei, nem é um defensor de práticas democráticas. -----

Enfim, que conclusões poderá retirar esta Assembleia, Sr. Presidente? Pois bem, aquilo que nós queremos enquanto cidadãos, aquilo que mais ambicionamos quando vamos trabalhar, quando cada um de nós investe no nosso concelho, quando cada um de nós acorda de manhã, muitos até de madrugada, para trabalhar na agricultura e na pecuária, é que o nosso investimento, o nosso trabalho seja valorizado, que o nosso trabalho seja respeitado. E esse respeito, Sr. Presidente, refere-se, e bem, ao facto de todos nós, enquanto Moncorvenses, desejarmos ver todos os dias o nosso concelho crescer; que quando seja disponibilizada uma informação, até desta índole, o Sr. Presidente garanta que toda a informação seja disponibilizada de forma legível e correta. -----

Pedro
MA

Foi solicitado também por mim, assim como o Sr. Deputado José Aires fez, um novo envio da informação que não estava legível, mas veio novamente ilegível – ou seja, andamos no gozo. É que já é pouco tempo de que dispomos para consulta da informação, de forma a podermos analisá-la com critério. E o que conseguimos ver, por nem isso conseguir esconder? Tentativas de ludibriar esta Assembleia Municipal, encapuzando tudo aquilo que o Sr. Presidente não concluiu? Vindo orçamentar o que já devia estar concluído, e que tenta enganar mais uma vez o povo Moncorvense? Não consegue perceber que está a replicar Orçamentos e Orçamentos? --- Há poucos dias, Manuel Alegre referiu que a desigualdade continua a ser dos principais motores do populismo, e que nós devemos ter o seu combate como uma das maiores prioridades. Sr. Presidente, a desigualdade até no acesso à informação existe no nosso concelho. Já não é a primeira, nem a segunda, nem a terceira vez que acontece, esticando prazos até ao limite, e é nisso que o Sr. Presidente devia ter cuidado, porque não tendo informação disponibilizada, os membros desta Assembleia vão pronunciar-se sobre o quê? Sobre nada, ou sobre coisa nenhuma? -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Relativamente a este ponto dos documentos, já foi aqui explicado o que é que se passa. Acho que estar a insistir no problema é, como se costuma dizer, “chover no molhado”. O problema é a aplicação informática, o problema é um problema informático, já foi explicado aos Srs. Deputados. Qual é a alternativa? Pedirem para consultar os documentos à Câmara. -----

Sr. Deputado João Leonardo. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** Nesse sentido da documentação, penso que o Grupo Parlamentar do PS tem acesso à documentação em formato de papel, ou o líder. Está igual? Pronto, era só para confirmar. Podia eventualmente a informação em papel vir de outra forma. - Srs. Deputados, acho que têm que se entender: um deputado do PS fala das obras, outro diz que não se faz obra; um fala das festas e festinhas, outro diz que não compreende por que é que não se fazem. Decidam-se. -----

O Grupo Parlamentar do PSD vai votar a favor do Orçamento apresentado pelo Executivo Municipal, um Orçamento em linha com as políticas definidas e praticadas em anos anteriores, de aproveitamento do máximo de candidaturas e apoios a fundos comunitários e estatais, não descuidando o cumprimento da dívida e a continuidade do apoio social e económico aos Moncorvenses. Um compromisso de manter o tempo médio de pagamento aos fornecedores em prazos aceitáveis, num período em que os encargos com pessoal, bens e serviços e juros aumentaram, e as transferências correntes foram reduzidas. -----

M.
Pedro
M.

Continuar a apoiar o desporto, a saúde, a cultura, o associativismo e os mais vulneráveis, e principalmente o turismo. Manter os eventos principais do nosso concelho – Feira Medieval, Festa da Boa Nova, Expo Moncorvo, Vinho Sabor Douro, entre outros, como o S. Martinho e até a Festa do Solstício. -----

Num período em que o turismo está a aumentar na nossa região, temos que continuar a promover o nosso concelho, os nossos produtos e a nossa cultura. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Luís Lopes. -----

-----**O Deputado Luís Miguel Lopes:** Muito bom dia a todos. Cumprimento os presentes na sala, na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia, cumprimento o Executivo na pessoa do Sr. Presidente, estimado público, funcionários do Município. -----

Umhas breves considerações sobre o Orçamento Municipal. Sendo o Orçamento Municipal um dos documentos mais importantes para o nosso concelho, merece da nossa parte uma análise aprofundada, e a mesma deve ser feita com tempo. Não é em dois dias que se consegue analisar com o rigor exigido tal documento. -----

Mas, sendo só esse o tempo que temos para o analisar, poderei dizer que estamos perante um documento igual ao dos dois outros anos, tipo copy / paste. Se nos anos anteriores nada fizeram, não vai ser no próximo que alguma coisa farão. Não nos podemos esquecer que este Executivo já orçamentou cerca de 200.000.000€; e obras e benefícios para o concelho, onde estão? Tantos milhões e nada se vê – nada se vê à vista desarmada, algumas coisas deviam ter feito, mas sabe-se lá onde, em Torre de Moncorvo não foi. -----

Dizia eu que é um documento que não difere muito dos anos anteriores, a não ser o valor, mais de 25.000.000€. Eu estou para ver qual vai ser o valor do Orçamento do próximo ano. Para este ano, só me ocorrem os seguintes adjetivos para qualificar tal documento: Sr. Presidente, este documento, na minha perspetiva, é utópico e malabarista. Por outras palavras, muita parra e pouca uva. -----

Podéria estar aqui a falar de rubricas para aqui, valores para ali, mas, no essencial, este documento em nada vem colmatar as necessidades do nosso concelho. Parece mais um documento de conta corrente, com a chancela do Sr. Presidente da Câmara. -----

Sr. Presidente, sabe o que vai acontecer a Torre de Moncorvo se continuar a apresentar documentos utópicos e malabaristas como este? O concelho volta a perder 20% da população, de concelho passamos a coutada, e a Câmara Municipal passa a ser uma taberna onde todos comem umas lascas de presunto e bebem uns copos de vinho com os amigos. Bem sei que é isso que quer, mas não vão conseguir, disso pode ter a certeza absoluta. -----

Lh
Edis
M-

Sr. Presidente, com Orçamentos destes, quem é que vai querer investir em Torre de Moncorvo? Quem é que vai querer viver em Torre de Moncorvo? Quem é que vai querer visitar Torre de Moncorvo? -----

Sr. Presidente, ano após ano continua a apresentar uma taxa de execução miserável. Por que é que continua a insistir no empolamento e na sobreavaliação na previsão das receitas orçamentais? -----

Sr. Presidente, se prevê um Orçamento de mais de 25.000.000€, por que é que não devolve os 225.000€ do IRS aos municípios em 2024, de acordo com a proposta do Partido Socialista? -----

Sr. Presidente, o reforço de apoio às bandas filarmónicas do concelho, apresentado pelo Partido Socialista, não está contemplado neste Orçamento. Por quê? -----

Sr. Presidente, por que é que continua a insistir na precariedade dos recibos verdes? -----

Sr. Presidente, onde estão os valores dos cálculos da cobrança de receita proveniente da comparticipação da exploração mineira? -----

E por último, Sr. Presidente, para terminar, deixe-me que lhe diga, naquela pasta que temos ali, por entre outros documentos, está lá a sua mensagem e a sua declaração de voto. Você até escreve umas coisitas, escreve bem, muito bem elaboradas, floreadas, mas até tenho dúvidas de que algumas coisas que você escreve, você acredite – tenho dúvidas. Chega ao ponto de citar Jorge Luís Borges, um grande escritor do séc. XX, descendente de Torre de Moncorvo. Tudo bem, mas permita-me, você é uma pessoa que gosta muito de ir ao passado, eu vou recuar ainda mais quatro séculos atrás – você recuou para o séc. XX, eu vou recuar para o séc. XVI. Reza a história que um frade dominicano, nascido em Ponte da Barca, escreveu o seguinte: “Bem prega Frei Tomás, faz o que ele diz, não faças o que ele faz”. -----
Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado Luís Lopes. Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Deputado Luís Lopes. Aliás, muito obrigado a todos os Srs. Deputados. Estas, sim, são intervenções políticas, e é isso que nós temos que discutir aqui. -----

Basta ir à missa todos os domingos, se não quiser ir todos os dias, “faz o que eu digo, não faças o que eu faço”, não é preciso ir lá tanto atrás para os frades a que aludiu. -----

Mas, eu, por acaso, hoje, estive a ver uma notícia, e dizia um jornal de tiragem nacional: “Inconcebível, este país não é para bebés. Crise demográfica em Portugal atinge níveis inquietantes. No ano passado, houve mais quarenta e uma mil mortes do que nascimentos. Os últimos dados são um pouco mais positivos, mas não chegam para equilibrar as contas.” E depois fala sobre os poucos Municípios que dão apoio à natalidade, e Torre de Moncorvo está lá

14
Pedro
M

incluído, V. Exas. não viram. -----

E portanto, também não vou citar Abraham Lincoln, não vou citar Manuel Alegre; vou citar José Manuel Rodrigues Aires, que numa prosa brilhante, dirigida aos camaradas da Federação de Bragança e ao Presidente da Comissão Política Concelhia do PS, dizia uma coisa assim: *“Desde a instalação da Assembleia Municipal, que ocorreu a 10 de outubro de 2021, já passaram quinze meses, e até agora nunca fui convocado para nenhuma reunião da Comissão Política Concelhia. E não foi por ter falta de solicitação da minha parte, quer verbal, quer escrita.”* -----

Pois é, Sr. Deputado, nós entregámos o Orçamento – sem estar assinado, obviamente, porque esse não pode ser entregue – no dia 17 de novembro. O Sr. Presidente da Comissão Política não lho entregou. E o senhor que diz que não tem reuniões. -----

Mas, diz mais, diz o senhor esta frase que é lapidar do que acabou de dizer hoje aqui: *“Não podemos criticar os adversários pela falta de exercício de democracia quando não a praticamos dentro de portas.”* Eu acho que isto define tudo. Portanto, não é nem Lincoln, nem Manuel Alegre. Sr. Deputado Diogo Oliveira, eu estava para não responder, mas tenho mesmo que responder, que é para não ficar equivocado. Quando o senhor falou nos 691.000€ da dívida, isto não é dívida, isto são as amortizações da dívida. Está equivocado. É que o senhor disse ali que já vamos para os 695.000€, passamos aqui dos duzentos para os quatrocentos, *“o senhor é quem endivida a Câmara”*. Ainda há duas Assembleias atrás, alguém da vossa Bancada veio aqui, ao mesmo púlpito: *“O Sr. Presidente da Câmara é uma vergonha, vai ficar na história dos Presidentes de Câmara que não contrai nenhum empréstimo bancário.”* -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, se o senhor se considera ofendido, tem o tempo próprio para ir ali e responder, defender a sua honra. No final da intervenção do Sr. Presidente da Câmara, o senhor diz assim *“quero defender a honra”*, e o senhor vem ali e tem o seu tempo para defender. Está bem, Sr. Deputado? -----

Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia, por ter entregue o extintor para apagar o incêndio. -----

Chegou aqui e disse *“um único Presidente da Câmara, que nunca fez um empréstimo”*. Agora vem cá o Sr. Deputado Diogo, e *“é o rei dos empréstimos”*. O Sr. Deputado José Aires, *“é um festeiro”*, e hoje veio cá, e não há festas para as crianças. Trouxe o seu filho? Passe na praça, aproveite para andar no carrossel, vá ver a Casa do Pai Natal. -----

Porque também diz aqui que, apesar de viver em Coimbra, solicitava reuniões para vir cá, para compaginar a parte profissional com a parte política, e está tudo bem. Mas, às vezes fala de coisas, que não está mesmo dentro do que está a acontecer em Moncorvo. -----

lh
Pedro
M

E repare, o que nós estamos aqui a falar é de 2024, o senhor anda a falar no natal de 2023. Ainda não aconteceu, calma, as Festas da Boa Nova, ainda vamos andar com elas. Calma, vamos falar aqui de 2024. -----

Bom, para que não restem dúvidas, eu não fiz a apresentação, obviamente, porque estava no texto. Mas, depois destas considerações, o Sr. Deputado Diogo Oliveira, penso que ficou satisfeito ao perceber que se trata da diminuição anual da dívida em termos de amortização. Não é aumento, é diminuição. E portanto, penso que ficou esclarecido. -----

Mas vou dar-vos alguns dados, para ficarem ao corrente. -----

Despesas com pessoal, podem notar que há um aumento, há um aumento de 556.600€. Aquisição de bens e serviços, há um aumento, há um aumento de 800.547€. Juros e outros encargos, há um aumento de 220.500€. Transferências correntes, há uma diminuição de 150.579€. -----

De que é que advêm as despesas com pessoal? Dos aumentos remuneratórios e dos novos postos de trabalho. -----

Na aquisição de serviços, os encargos com as instalações, de 1.200.000€, a Associação dos Bombeiros Voluntários, com a inclusão já da terceira EIP, com 500.000€, a gestão da eficiência energética da iluminação pública, há um aumento de 230.000€, os combustíveis e lubrificantes, 340.000€, a alimentação, géneros para confeccionar, 70.000€, os transportes escolares, com 222.500€, o apoio ao internamento ERPI, com 50.000€, a elaboração dos projetos e candidaturas, estão previstos 150.000€. -----

Os juros, obviamente que penso que é normal e que toda a gente tem conhecimento do aumento que tiveram os juros, e que não se prevê, pelo menos até junho, que tenham grande diminuição.

E portanto, também estão aqui previstos. -----

Nas transferências correntes, no serviço público de transportes de passageiros, estamos a falar da compensação devida pela Comunidade Intermunicipal do Douro, 350.000€; o aumento do número de beneficiários do Programa ABEM com a Associação Dignidade, 40.000€ para os medicamentos serem disponibilizados; na campanha do apoio "Vivo aqui, compro aqui", só no apoio à natalidade, 125.000€; na campanha de apoio à erradicação da brucelose, 20.000€; no contrato de delegação de competências para com a escola, e que eu digo aqui, e assumo que a verba não é suficiente para as necessidades da escola, são 250.000€. -----

Nas transferências de capital, com o aumento que este Governo fez da taxa de resíduos urbanos, passámos a ter, só na recolha dos resíduos sólidos e urbanos, 950.000€ a pagar durante um ano. Os contratos interadministrativos das Juntas estão previstos, obviamente, são 325.000€. A candidatura para a construção do Centro de Recolha Animal, é uma candidatura da Associação de Municípios do Douro Superior, com outros Municípios, são 60.000€ a multiplicar pelos sete Municípios que integram esta candidatura. Isto nas transferências de capital. -----

M.
Pedro
MN

Depois, na aquisição de bens de capital, nos investimentos do PPI mais significativos, o Programa "Primeiro Direito", com 1.430.000€; o plano de reabilitação do perímetro florestal da Serra do Reboredo – e por falar no perímetro florestal da Serra do Reboredo, ainda estamos à espera que o Poder Central transfira a propriedade da Casa do Guarda para o Município, porque a candidatura está aprovada, e não podemos entrar em obra enquanto não tiver a documentação que é enviada para transferir a propriedade para o município, para entrarmos em obra – é de 1.428.000,00€.

Grosso modo, depois, temos aqui a eficiência energética dos edifícios municipais. Como sabem, o novo Quadro Comunitário 2030 vai ter grande enfoque na eficiência energética, 250.000€. Temos projetos hidroagrários, alguns já adjudicados vão passar – em termos de projeto, estou a falar de projetos – 175.000€. Temos a beneficiação do complexo desportivo, com 130.000€, a beneficiação e manutenção das estradas municipais, com 150.000€, que vem também de acordo com uma candidatura que está aprovada, esta é a parte que nos falta a nós, enquanto entidade também promotora da percentagem nacional. O Centro Escolar de Moncorvo, que vai ter de sofrer algumas requalificações, nomeadamente o parque à frente da Escola Visconde Vila Maior, o parque infantil. E depois, temos aqui, em sistemas de *renting*, a aquisição e manutenção de parque de viaturas, para passarmos para viaturas elétricas.

Quanto a novos projetos para 2024, a candidatura aos Bairros Digitais, com 325.230€; a requalificação de toda a zona verde e Jardim Horácio de Sousa, com uma candidatura de 579.500€; a transição digital e segurança informática, com 250.000€; a requalificação digital dos Paços do Concelho e Biblioteca Municipal, 160.000€; um projeto que tem a ver com as alterações climáticas, com apoio do Fundo Ambiental e com o REACT, e que provavelmente agora passará para o PRR "Devolver à terra o que é da terra", com 130.000€, tem a ver com compostagem em todo o concelho; a beneficiação e modernização do Centro Cultural e Recreativo – estão previstos 250.000€; e a construção de charcas para apoio agrícola, que nós esperamos que seja aberto para o programa 2030 um grande apoio para as charcas agrícolas, e portanto, também estão previstas neste Orçamento.

Portanto, há aqui espaço para fazer obra, esperemos é também receber as contrapartidas nacionais que, volto a dizer, só em dívida para com a Câmara Municipal, vai em mais de 4.000.000€. E portanto, temos que ir fazendo e concluindo.

Quando me estavam a falar do parque eólico que deixei fugir para Sines, está enganado, Sr. Deputado. O parque eólico foi chumbado diversas vezes aqui em Torre de Moncorvo, diversas vezes – ou era pela cegonha, ou era pelo rato, ou era porque se via do Douro, ou era porque chegou ao cúmulo de o Ministério do Ambiente, entre a opção A e a opção B, somar os aerogeradores, e davam trinta e seis – um era com dezasseis com mais potência, o outro, vinte, eles somaram e deu trinta e seis. Até nisso vieram pegar.

16
Pedro
M-

E portanto, a Câmara sempre esteve na linha da frente contra as decisões que a APA e o ICNF aí tiveram. A questão foi que a empresa irlandesa, cujo montante eram 90.000.000€ para o concelho, para investir no concelho, com fundos próprios e do Estado Irlandês, teve um parecer e um despacho que definitivamente indeferiu o projeto. Era Secretário de Estado, estava em Paris na cimeira climática, o Sr. Eng.º Martins, que tinha vindo da Águas do Vouga (salvo erro), e era Ministro do Governo de António Costa quem chumbou definitivamente o projeto e me telefonou de Paris, a dar conta do indeferimento do projeto. -----

E é aí que o processo passa para Sines. E o Município de Torre de Moncorvo só aceitou assinar a declaração da contrapartida que estava prevista, que era 1.250.000€, se a concessão mantivesse o pagamento a Torre de Moncorvo, logo que a primeira torre eólica funcionasse – não é o parque, é a primeira torre eólica. E como é que fizeram, então, o protocolo? Ficou feito entre a empresa, a entidade que vai promover – na altura, a empresa *Islands*, depois a EDP, agora novamente a *Islands Renewable* – e a Câmara de Sines. -----

A Câmara, aquilo que assegurou foi que a percentagem que era devida ao Município de Torre de Moncorvo, porque foi ao Município de Torre de Moncorvo, aqui sim, no tempo do Governo de Sócrates, que deu a concessão a Torre de Moncorvo, se deveria manter. E portanto, é aí que está refletida a quantia de 1.500.000€. -----

Quanto ao IMI das barragens, é inconcebível que um Secretário de Estado tenha que dar dois despachos a uma Diretora da Autoridade Tributária para calcular o Imposto Municipal sobre Imóveis. E repare outra situação: o Supremo Tribunal Administrativo, em fixação de jurisprudência, veio dizer que os Municípios nacionais estão a ser prejudicados porque a comissão avaliadora da Autoridade Tributária, quando foi dos parques eólicos, não avaliou o bem como deve ser. O bem é avaliado desta forma: em termos de valor económico, em termos de valor de construção, e em termos de valor social. O que é que fizeram com as eólicas? Só a torre é que foi avaliada, não foram os geradores, não foram as pás. Ora, o que é que esse bem aporta em termos económicos? Zero. Logo, não pode ser sujeito a IMI. -----

A mesma comissão avaliadora da Autoridade Tributária, nas barragens, fez exatamente o mesmo, avaliou única e simplesmente o paredão. Ora, o paredão de cimento, ou betão, não aloca valor económico ao bem, e não alocando valor económico, não está sujeito a IMI. E é o próprio tribunal que diz, já fizeram o mesmo erro nas eólicas, e vão fazer o mesmo erro nas barragens. -----

E portanto, nós estamos a contestar isso – nós, os diversos Municípios. Para ter uma ideia, a venda, segundo o que veio a público, da EDP à Engie, ou melhor, o valor da construção do Baixo Sabor, a montante e a jusante, foi de 750.000.000€. Se, tivermos o valor de construção, no ano de 2019, o nosso IMI era de 0,4%. Basta fazer 0,4% sobre isso, e depois tem 2020, que é 0,4%, 2021, 0,4%, 2022 e 2023, já 0,3%. -----

lh
Pedro
MA

Nós já sabemos que até 31 de dezembro deste ano não teremos, obviamente, a decisão da Autoridade Tributária quanto ao ano de 2019, o que quer dizer que os Municípios vão todos perder esse IMI. E o Município de Torre de Moncorvo, só aí, são 2.000.000€ - só aí, se tivermos como valor indicativo, o valor da construção da barragem. -----

Já sabemos que a avaliação feita pela Autoridade Tributária quanto à jusante e montante do Feiticeiro e Sabor foi de 188.000.000€. Nos 188.000.000€, temos que colocar 2020, a 0,4%, 2021, e depois 2022 e 2023. É esse montante que nós estamos a reclamar nos Tribunais Administrativos que aqui está também em Orçamento, e isto por uma razão: o que temos aqui é um documento previsional. Se a 2 de janeiro a Sra. Diretora da Autoridade Tributária disser “tem razão, tem que ser pago”, esse input entra no Orçamento da Câmara Municipal. Se a 1 de janeiro começar a primeira torre eólica em Sines a funcionar, 1.250.000€ têm que entrar na Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, e por aí fora. E portanto, é previsional este documento, e a receita que está contratada tem que estar prevista. Está contratada com a entidade promotora *Islands Renewable* e Câmara Municipal de Sines, está contratada com o Estado, porque o próprio Secretário de Estado dá dois despachos, a obrigar a Autoridade Tributária. O que é que nos falta? O pagamento devido. -----

Pergunta-me assim: “Está bem, mas será que o Governo, e alguém vai dar isto?” Provavelmente não, mas tem que ser decidido, porque os tribunais também não vão parar. Portanto, esta *décalage* tem a ver com isso mesmo. -----

Também me poderiam perguntar se poderá, ou não, a despesa que aqui está prevista, em 25.000.000€, sofrer um decréscimo entre 1.000.000€ e 2.000.000€. É possível que sim, e é possível que essa retificação venha na próxima reunião de fevereiro, e não na de abril, por uma razão, porque estamos com o fecho final do programa e dos quadros comunitários. Se for cumprido o 31 de dezembro, aquele crédito que também é previsto aqui, de 4.000.000€ que nos devem, se nos pagarem 50%, obviamente que servirá para pagar estes 2.000.000€ que estão aqui de obras participadas. -----

Portanto, nós, no Executivo – relembro que, o Orçamento foi entregue a 17 de novembro, e foi votado só a 29 de novembro, para todos terem acesso à documentação toda. Só para terem esta noção, nós ainda ponderámos, se viesse algum montante, reduzir à despesa, só que até agora não veio, e portanto, manteve-se exatamente como quando foi entregue, em 17 de novembro, votado no dia 29, e trazido agora à Assembleia Municipal, para votação. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Segunda ronda de intervenções. Sr. Deputado Fausto Tiago, faça favor. -----

-----**O Deputado Fausto Tiago:** É para protestar o facto de o Sr. Presidente afirmar aqui que eu, na Assembleia de junho, disse que era uma vergonha o Presidente da Câmara não ter contraído nenhum empréstimo bancário para investimento. Não disse a palavra “vergonha”, o senhor pode ir lá ver. Disse que o senhor, em dez anos de mandato, nunca tinha contraído um empréstimo bancário para investimento, e mantenho-o. Não disse a palavra “vergonha”. -----
O senhor volta à “vergonha”, agora aqui, e volta ao “incendiário”. Olhe, Sr. Presidente, o senhor diz que eu já tenho uma certa idade, que estou esquecido, mas o senhor, se não está esquecido, faz-se de esquecido. Lembra-se daquela altura da campanha eleitoral em que o PSD foi ao Peredo, e alguém mandou fechar o salão? Sr. Presidente, estou a justificar, o Sr. Presidente chamou-me “incendiário” já duas vezes hoje aqui. Ora, quem está aqui na Assembleia diz assim: “De facto, o homem é incendiário.” Lembra-se quem estava lá, no Largo, para receber o PSD, e que deu razão ao facto de alguns elementos do PSD quererem ??? para irem à casa de banho? O senhor estava lá. Quem é que incendiou? Foi o Fausto? Diga, foi o Fausto que incendiou? ---
Lembro-lhe outra, era do CDS, estávamos numa festa, lá no salão de festas, e o CDS vai em campanha, penso que foi o ano em que não concorreu em coligação, e os elementos do CDS entram pelo salão fora, que estava a decorrer uma festa do lar, e eu era um dos diretores do lar, na altura, e os elementos do CDS entraram, fizeram o que quiseram, integraram-se na festa, foram convidados, e não houve absolutamente nenhum problema. -----
Quero que o Sr. Presidente me diga uma única ação que eu, no meu local, no meu ambiente, como se diz hoje em dia, naquele lugar de conforto, se alguma vez tive alguma atitude incendiária, seja contra quem for – nem contra o CDS, nem contra o PSD, já não posso falar dos do PCP, porque me parece que em campanha nunca foram lá. -----
Agora, o senhor acusa-me de incendiário. Por quê? Porque não gostou daquilo que eu lhe disse, e o senhor é incompetente para reconhecer o erro que cometeu hoje aqui, ao ameaçar um deputado desta Assembleia, um deputado eleito livremente. -----
As pessoas que estão aqui, não quero que vão com a ideia errada. Eu posso ter atitudes intempestivas aqui, quando vejo que, de facto, o senhor é incorreto, e hoje foi extremamente incorreto, e não tem capacidade para reconhecer o erro. Agora, já se esqueceu que eu, em nenhuma vez em campanha eleitoral, seja do PSD, seja do PS, no meu lugar de conforto, tenha atizado ódios ou manifestado qualquer animosidade. Discuto as minhas ideias, e tenho como honra ser democrata, e apoiar e incentivar todos os elementos que têm valor e que se querem candidatar, que se candidatem. Muitas vezes, em discussão com o PSD – tanto que eles afirmavam que não conseguiam ganhar, e eu afirmava: “Vocês têm que se candidatar, mas os melhores, não podem mandar para a frente pessoas que sabem de antemão que não vão ganhar eleições.” -----
Portanto, sempre foi a minha posição, a democracia acima de tudo. E o senhor não me pode

M.
Redu
M.

acusar, nem me pode voltar a dizer que eu sou incendiário nessas atitudes. Posso aqui ter alguma atitude intempestiva, respondendo àquilo que, de facto, são injustiças muito graves, e são afirmações muito graves, que o senhor hoje fez aqui, ao ameaçar um deputado desta Assembleia. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. -----

Eu não vou considerar isto no ponto do Orçamento, vou considerar com o art.º 34.º, é uma ofensa à honra e à consideração. É isso que eu estou a dizer, Sr. Deputado, estou a considerar isto, não no Ponto n.º 3, do Orçamento, da segunda ronda de intervenções, mas o art.º 34.º do Regimento, "Ofensas à honra e à consideração", que o Sr. Deputado considerou atingidas. -----
Não sei se o Sr. Presidente quer falar neste ponto. -----
Então, continuamos com o Ponto n.º 3, e dava a palavra ao Sr. Deputado Luís Lopes. -----

-----**O Deputado Luís Miguel Lopes:** Uma vez mais, obrigado. -----

Não era para intervir na segunda ronda, porque acho que fui suficientemente claro na minha primeira intervenção. No entanto, depois de ouvir o Sr. Presidente de Câmara, tenho que vir a jogo. E vejo que o Sr. Presidente de Câmara – não é no sentido pejorativo que estou a dizer isto, é para toda a gente perceber aquilo que o senhor acabou de dizer – as atividades que vai fazer, as obras que vai fazer, toda uma série de atividades que vai realizar, muito bem, é para isso que foi eleito, é para isso que aí está, mal será se não faz alguma das que elencou. -----
Mas, dizia eu, o Sr. Presidente da Câmara faz-me lembrar, antigamente, nas aldeias – vamos ao passado – havia umas senhoras, algumas até estavam vestidas de preto, andavam atrás das pitas, e iam lá olhar, a ver se tinha ovo. O Sr. Presidente está nesse sentido, em relação ao Orçamento, é que está a contar com o ovo no "cu da pita", desculpe-me a expressão. É que é exatamente isso, é que não há outra explicação para conseguir perceber tanta coisa que o senhor vai fazer. -----

E, já agora, já que vai fazer tanta coisa, e bem – atenção, não estou contra isso, não diga que eu sou contra o senhor fazer obra – não se esqueça de reparar a Escola Secundária. Não se esqueça, nas atividades, nas reparações e nas obras que vai fazer para o ano, não se esqueça de reparar a Escola Secundária. É que ainda agora foi inaugurada a recuperação, e chove lá como na rua. No fim do mês de novembro, por exemplo, na cantina, houve uma parte da cantina em que as pessoas nem se sentaram, não se podiam sentar para almoçar, porque estava cheia de água. Nos pavilhões também chove. Portanto, não se esqueça – é um aparte – não se esqueça, quando começar a fazer obra, de recuperar a Escola Secundária, está bem? -----
Obrigado, Sr. Presidente. -----

14
Pedro
M.

-----O Presidente de Mesa: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Diogo Oliveira. -----

-----O Deputado Diogo Oliveira: Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Sr. Presidente, amortizações são das dívidas. Agora, vão aumentar as amortizações, porque vão aumentar os empréstimos. Isto é o quê? É dívida. Você amortece a dívida. No entanto, um facto é que aumentou, ponto e parágrafo. -----

Como se costuma dizer, Sr. Presidente, não há duas sem três, e em matéria deste Orçamento, como todos nesta Assembleia Municipal somos testemunhas, o Sr. Presidente é um autêntico incumpridor da Lei. Isto é, todos aqui sabemos que o Sr. Presidente entende que está acima da Lei. Como sabe, ou deveria saber, no âmbito do Direito, a Lei é uma regra tornada obrigatória pela força coerciva do Poder Legislativo ou da autoridade legítima, e que constitui os direitos e deveres numa comunidade. -----

Da análise dos sucessivos Orçamentos, e da prática de V. Exa., ressalta para toda esta Assembleia Municipal que o Sr. Presidente se julga acima da Lei, olvidando que é um cidadão igual a todos nós, e que deve cumprir a Lei. -----

Conforme deveria saber pelas obrigações funcionais de V. Exa., de acordo com o n.º 1 do art.º 7.º do Regulamento do Conselho Municipal da Juventude de Torre de Moncorvo, compete ao CMJ pronunciar-se e emitir parecer obrigatório, não vinculativo, sobre o Orçamento Municipal, no que respeita às dotações afetas às políticas de juventude e às políticas setoriais com aquelas conexas. -----

Sr. Presidente, onde se encontra este parecer? O Sr. Presidente diz a esta Assembleia que é um democrata, quando a desigualdade e as assimetrias, assim como o incumprimento da Lei, constituem algo que o definem tão bem, enquanto político e enquanto Presidente da Câmara. -- Na última Assembleia Municipal elenquei a importância da aprovação do regulamento, apelando a um espírito de união, em que todos aprovássemos o regulamento por unanimidade, tendo o Sr. Presidente referido que eu não contribuí em nada com ideias. Ora, como V. Exa. sabe, os dois principais promotores e obreiros de matérias relacionadas com a juventude foram eu e o Sr. Deputado José Aires, porque senão ainda hoje estávamos perdidos nos célebres apagões do Conselho Municipal da Juventude. -----

Depois disto, realmente, Sr. Presidente, agora sim, é mesmo caso para receber uma valente salva de palmas por parte da Bancada da Coligação pelo grande barrete que colocou a si próprio, e por ter feito este número completo e sozinho. -----

Sr. Presidente, sem informação suficiente, quando mesmo a informação disponibilizada é informação que não é real, quando não cumpre a Lei, nem considera a juventude como população, Sr. Presidente, pergunto-lhe: quer que lhe some dois mais dois? Não conte, não vale

a pena, eu poupo-lhe que enfie mais um barrete em plena Assembleia Municipal, e uma segunda auto-humilhação pública. O resultado é fácil, é contra. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Deputado. -----

Sr. Deputado Diogo Oliveira, não some dois mais dois, que ainda errava, e eu não queria que o senhor passasse por essa vergonha, de não saber que dois mais dois são quatro. É melhor não fazer, deixe-se estar sentado que é melhor. -----

Bom, agradecer ao Sr. Deputado Luís Lopes quanto a questão formulada. Se chovia, eu não tinha essa informação, mas estamos dentro da garantia, o empreiteiro vai ter que fazer as obras, se caso se confirmar, devendo os serviços informar, como é o seu dever. -----

Sr. Deputado, como o senhor disse, e bem, o ovo no "cu da pita", foi esta desgraça e este pântano a que nos conduziram estes dois anos de maioria absoluta, isso é que foi o ovo no "cu da pita". Mais, alguns até eram no "cu" da garrafa de vinho, que tinha também uma caixa, bem próximos de quem o Sr. Deputado sabe. -----

Portanto, eu não sei a quem é que o senhor se quis dirigir quanto a esse ovo no "cu da pita". Eu apenas espero, e tenho esperança que o programa europeu 2030 corra bem, tenho esperança que a convergência que é necessária para este interior não seja gasta em pontes a ligar Porto e Gaia, e em Metros de Cascais para Oeiras, e vice-versa. Eu tenho essa esperança. E por isso, também sei qual é o meu sentido de voto. O Sr. Deputado, mesmo com este pântano, sabe qual é o seu? -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Irámos passar à votação do Ponto n.º 3, Orçamento e Plano Orçamental. Votos a favor? Votos contra? Abstenções? Foi aprovado, com dezoito (18) votos a favor, sete (7) votos contra, e uma (1) abstenção. Votaram vinte e seis deputados, estava ausente o Sr. Deputado Vítor Pereira. --- Declarações de voto? Sim, senhor. Pode começar o Sr. Deputado José Aires, que está aqui à frente. -----

-----**O Deputado José Aires:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Passarei agora a apresentar a declaração de voto. -----

----- **Declaração de voto, Assembleia Municipal de 14 de dezembro de 2023** -----

----- **Orçamento e Plano Orçamental para o ano de 2024:** -----

"Tendo em conta que o Plano e Orçamento para 2024 não vêm acompanhados do parecer obrigatório do Conselho Municipal de Juventude previsto na Lei. -----"

*Edm
MA.*

E ainda, devido ao incumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 53.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – RJAL, em articulação com o art.º 87.º do Código do Procedimento Administrativo, no que concerne à entrega dos documentos aos deputados municipais nas devidas condições, em formato legível, dentro do prazo legal, nomeadamente as Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Atividades Municipal para o ano de 2024. -----

Pelos motivos acima referidos, venho por este meio justificar o meu voto contra. -----

O deputado municipal, José Manuel Rodrigues Aires” -----

E passarei a entregar na Mesa. -----

-----O Presidente de Mesa: Sra. Deputada Sílvia Santos. -----

-----A Deputada Sílvia Santos: -----

----- Declaração de voto: -----

“Volvido um ano sobre a votação do último Orçamento, continuamos a viver num quadro de incerteza nacional e internacional, agravado agora pela crise política em Portugal, e mais recente, a guerra do Médio Oriente. -----

Apesar desta realidade, os fundos municipais tiveram um crescimento de 7,18% em 2023, mantendo-se a previsão de aumento para 2024. -----

A taxa de execução orçamental tem sido, em média, nos últimos anos, de 62% em relação ao Orçamento inicial. Pela análise da execução da receita e da despesa no primeiro semestre de 2023, verificámos que esta tendência se manterá até final do ano corrente. -----

Este Executivo PSD/CDS tem tido uma prática reiterada de empolamento ou de sobreavaliação na previsão das receitas orçamentais, que se acentua neste Orçamento para 2024. Incluem-se aqui receitas, como 3.400.000€ de IMI, um ato de fé acerca da cobrança do IMI das barragens já em 2024, 1.250.000€ da compensação das eólicas, presente em sucessivos Orçamentos e nunca arrecadado qualquer valor, e 2.100.000€ do parque solar, ainda por construir na zona do Alto do Castedo, num total de cerca de 6.000.000€ - excluí o IMI normalmente cobrado. -----

De notar que o relatório semestral de acompanhamento da execução do plano de saneamento financeiro de 30 de junho de 2023 exclui a arrecadação destas receitas. -----

Este Orçamento de mais de 25.000.000€ apresenta receitas de duvidosa arrecadação. Irá acabar como os anteriores, executando apenas a média dos últimos anos, que é de 62%, quando a Lei exige um mínimo de 85%. -----

Desta prática, da previsão orçamental inicial pouco rigorosa, decorre que os documentos previsionais não refletem a real expectativa de execução orçamental, não podendo, por isso,

14.
Pedro
M.

constituir um eficaz instrumento de gestão, nem servir de base a uma análise rigorosa em termos de eficácia da sua execução. -----

Algumas considerações: num Orçamento total de 25.000.000€, seria possível acomodar a devolução de 225.000€ do IRS aos munícipes em 2024, de acordo com a proposta apresentada, uma vez mais, pelo PS. -----

O Programa “Primeiro Direito” apresentava, em 22 de setembro de 2023, um grau de execução muito preocupante. Dos quarenta e dois apartamentos a intervencionar, apenas sete tinham tido pequenas intervenções (caixilharias), e apenas um estava a ser intervencionado. Das cinco casas do Bairro dos Pobres, apenas três iniciaram alguma intervenção ao nível do saneamento. A conclusão da Capela do Divino Santo Cristo não tem qualquer verba inscrita neste Orçamento, gorando assim as expetativas criadas aos seus responsáveis. -----

O apoio às bandas filarmónicas do concelho não contempla a proposta de reforço apresentada pelo PS. -----

As alterações ao quadro de pessoal para 2024 não contemplam o combate à precariedade. Os postos de trabalho ocupados por sucessivos recibos verdes, para as mesmas pessoas e para as mesmas funções, deveriam estar contemplados no quadro de pessoal para 2024 como contratos de trabalho em funções públicas. -----

A criação da Startup Douro Superior tem apenas rubrica aberta com 500€, apesar de ser um dos objetivos realçados pelo Sr. Presidente. -----

A área de acolhimento empresarial da Junqueira continua por terminar, apesar de na lista de operações do Portugal 2020 o término ter sido em novembro, com um total de dívida para 2024 de 147.500€, cerca de 50% do investimento total. -----

A cobrança da receita proveniente da comparticipação pela exploração mineira deveria ser já possível de calcular, caso os sucessivos pedidos de informação do PS fossem tidos em conta. Por diversas vezes alertámos para o desconhecimento das pesagens do material à saída da exploração mineira, para cálculo da comparticipação que cabe ao Município. -----

Pelo exposto, o nosso sentido de voto para os documentos previsionais para o ano de 2024 – Orçamento da receita / despesa, PPI e PAM – é contra. -----

Os deputados municipais -----
Sílvia Santos, António Júlio, Luís Lopes” -----

Eu entregaria isto depois, que temos aqui uma gralha, Sr. Presidente, que precisávamos de corrigir, depois faço chegar à Liliana. -----

-----O Presidente de Mesa: Obrigado. Sr. Deputado Diogo Oliveira. -----

-----O Deputado Diogo Oliveira: Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

--- **Declaração de voto – Orçamento e Plano Orçamento Plurianual para o ano de 2024: ----**

“Venho por este meio apresentar a minha justificação de voto, de acordo com a informação escrita partilhada. -----

Sabendo que ao longo dos anos, o principal resultado e a principal conquista por parte do atual Executivo de Torre de Moncorvo foi a desertificação do concelho; -----

Sabendo que todos os Orçamentos foram inglórios, nunca se tendo atingido os valores previstos; Sabendo que anexo ao presente Orçamento não se encontra qualquer parecer obrigatório do Conselho Municipal da Juventude, previsto na Lei; -----

Sabendo que não foram disponibilizadas todas as informações em tempo útil, de forma legível, cumprindo também com a Lei; -----

O meu voto é contra. -----

Torre de Moncorvo, 14 de dezembro de 2023 -----

O deputado Diogo Miguel Tomás de Oliveira” -----

Passo, então, agora a entregar à Mesa, para ser anexada à ata. -----

Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

-----O Presidente de Mesa: Obrigado, Sr. Deputado. -----

Ponto n.º 4, Repartição de encargos de empreitadas, prestações de serviços e fornecimento de bens. -----

Sr. Presidente da Câmara. -----

-----DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por maioria**, com **18 votos a favor**, **7 votos contra**, (dos deputados António Júlio Andrade, Luís Miguel Lopes, Diogo Oliveira, José Aires, Diana Cabeleira, Sílvia Santos e Fausto Tiago) e **1 abstenção** (do deputado Luiz Marcelino Lopes) aprovar as “**Demonstrações Orçamentais e Previsionais para o ano de 2024 e respetivos anexos.**” -----

-----Estava ausente da reunião no momento da votação o deputado Vítor Pereira. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 4 — REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DE EMPREITADAS, PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE BENS. -----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado José Aires (PS). -----

M.
Pedro
M.

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Trazemos a conhecimento da Assembleia Municipal aquilo que até nem seria necessário, em alguns casos. Mas, mesmo assim, os serviços – que não lhes posso retirar o mérito – fizeram um exaustivo estudo do que está já previsto para passar para anos posteriores, sendo que, para que não haja equívocos, obras que não sejam terminadas até 31 de dezembro virão, obviamente, à Assembleia de fevereiro, se passarem para 2024, o que é legal e é possível, porque não temos hoje, obviamente, informação do que vai ser a 31 de dezembro. -----

Sendo certo que, e só para vos dar este entendimento, a CCDRN ontem já enviou um mapa para fevereiro. Não acredito, mas enviou com uma possibilidade de os Municípios, se quiserem, poderem ser eles próprios já a assumir esse pagamento do que faltar. -----

Portanto, o que está até à data de hoje, está tudo elencado, com repartição de encargos, alguns até com valores insignificantes, mas que fizemos questão de os incluir, para que os senhores deputados tenham toda a informação disponível. -----

-----**O Presidente da Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Intervenções? Sr. Deputado José Aires, é a única inscrição. Faça favor, Sr. Deputado. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Dizer apenas que, há pouco, o meu nome foi citado – aliás, foi feita uma citação de algo que eu escrevi, por parte do Sr. Presidente da Câmara Municipal, e eu pensei em utilizar a figura regimental da defesa da honra. Mas, decidi não o fazer, e vou explicar por quê: porque, realmente, o que o Sr. Presidente disse, respondendo-lhe diretamente, corresponde àquilo que eu escrevi nesse documento, e que foi encaminhado, como correspondência privada, para um determinado grupo de pessoas, e que o senhor tem acesso e veio citar, e quando eu lhe solicito documentação que é pública, toda a gente sabe as dificuldades e aquilo por que tenho passado na obtenção. -----

Portanto, isso que está aí é verdade, só reforça a minha transparência e idoneidade, e a defesa da democracia e dos valores republicanos e democráticos irá sempre orientar a minha ação política, seja aqui neste palco, seja na parte de trás do palco, seja no Partido. O que sou aqui, sou lá. Só para não haver também aqui equívocos. -----

Relativamente à repartição de encargos, comprovamos neste ponto mais uma justificação de um putativo excedente de 3.000.000,00€ previsto no Orçamento proposto para 2024, a falta de investimento em obras estruturantes para o desenvolvimento do concelho. É certamente a primeira vez que se apresenta a esta Assembleia um documento de repartição de encargos de empreitadas, prestações de serviços e fornecimento de bens que, na realidade, é apenas uma

repartição de encargos de prestação de serviços e fornecimento de bens, porque empreitadas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta, nem vê-las. -----

Bem sei que herdaram um concelho provido de infraestruturas robustas e adequadas, não só na sede do concelho, mas também em todas as povoações que o constituem, e das obras que executou até ao presente, a grande maioria, ou uma parte, já estava estudada, projetada e até candidatada pelo Executivo do Partido Socialista que o antecedeu. -----

Assistimos ao expoente máximo de dez anos de governação da coligação PPD-PSD/CDS-PP, a falta de visão estratégica que acentua a perda de população e põe em causa o nosso futuro coletivo. -----

Disse. -----

-----**O Presidente da Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Obrigado. -----

Sr. Deputado, algumas das afirmações, foi o senhor que as leu aqui, quando se demitiu de Presidente do Grupo Parlamentar. Volto a reafirmar foi o senhor que leu aqui, que não é privado, foi o senhor que as leu. -----

Para lhe dizer também que o que está aqui não tem nada a ver com obras e empreitadas. Eu acabei de dizer que o que não terminasse a 31 de dezembro viria na Assembleia de fevereiro. - Depois, dizer-lhe também que o senhor deve estar equivocado, quando fala de ETA's e de ETAR's que estavam feitas pelo anterior Executivo. Era disso que queria falar? É que nós fizemos vinte e quatro, foi a partir do POSEUR, não era desse tempo. Não era desse tempo, de certeza absoluta, e outras que o senhor sabe, mas que não quer aceitar – a requalificação da escola, o pavilhão, uma série delas. -----

Agora, vamos falar para o futuro, e este ponto só tem a ver com repartição de encargos, não tem a ver com nada do que o senhor trouxe a debate – nada. -----

O que se vai fazer para 2024, e as obras e as empreitadas que forem – como diz o Sr. Deputado Luís Lopes, e bem, se vierem com a “pita”, é porque vêm com dinheiro da Comissão de Coordenação para lançarmos esses projetos. E essas, sim, serão até 2027, e esses serão os encargos que daí para a frente virão aqui a ser presentes. -----

-----**O Presidente da Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente da Câmara. -----

Segunda ronda de intervenções. Sr. Deputado José Aires, faça favor, é a única inscrição. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Sr. Presidente da Câmara, contra factos não há argumentos. O documento em análise foi

116
Pedro
M

remetido por V. Exa., não posso deixar de estranhar que no relatório que enviou a esta Assembleia Municipal identifique várias obras em execução, relativas ao Programa “Primeiro Direito”, e na listagem em discussão não apareça essa referência. A não ser que nos vá transmitir a boa nova de que todas as intervenções planeadas, em execução e previstas ficarão concluídas até 31 de dezembro de 2023. Dado o andamento das obras, esse seria um milagre que todos gostaríamos de testemunhar. -----

Tenho dito. -----

-----**O Presidente da Mesa:** Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Esse era um dos casos, exatamente, Sr. Deputado, que está previsto até 31 de dezembro, dificilmente será terminado, mas, para o senhor não vir dizer que nós cometemos ilegalidades, tem que vir com a prorrogação aceite da gestão dos fundos, para depois trazermos aqui à Assembleia, que há-de ser em fevereiro. Esse é um dos casos típicos que podia servir de exemplo. -----

Agora, quanto a milagres, às vezes eles existem, temos é de acreditar, ainda mais agora. -----

Sr. Presidente, se me permite, porque eu vou ter de me ausentar, porque tenho Assembleia Intermunicipal em Mogadouro, e depois em Miranda do Douro, venho desde já desejar-vos a todos um feliz e santo natal, juntamente com as vossas famílias. -----

Muito obrigado a todos. -----

-----**O Presidente da Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. Também boas festas. -----

Votação do Ponto n.º 4, votos a favor? Votos contra? Abstenções? Foi aprovado, com vinte e três (23) votos a favor, um (1) voto contra, e uma (1) abstenção. -----

Declaração de voto? Faça favor, Sr. Deputado. -----

-----**O Deputado José Aires:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

-----**Declaração de voto, Assembleia Municipal de 14 de dezembro de 2023 – Repartição de encargos de empreitadas, prestação de serviços e fornecimento de bens:** -----

“Tendo em conta que o documento enviado a esta Assembleia Municipal não reflete a repartição de encargos das obras em execução, referindo-se exclusivamente a prestações de serviços e fornecimento de bens, venho desta forma justificar o meu voto contra. -----

O deputado municipal, José Manuel Rodrigues Aires” -----

E passarei a entregar na Mesa, para ser apensa à ata. -----

-----**O Presidente da Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. -----

Ponto n.º 5, Proposta de composição do júri do procedimento concursal para provimento do cargo

de Direção intermédia de 2.º grau (Chefe de Divisão) da Divisão Administrativa, Financeira e de Contratação. -----

Dava a palavra à Sra. Vereadora. -----

-----DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo n.º 6 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, deliberou **por maioria, com 23 votos a favor, 1 voto contra (do deputado José Aires) e 1 abstenção (do deputado Diogo Oliveira) aprovar e autorizar a “Repartição de Encargos de Empreitadas, Prestação de Serviços e Fornecimento de Bens”** -----

-----Estavam ausentes da reunião no momento da votação os deputados Joana Alves e Júlio Frade. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 5 — PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DO CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU (CHEFE DE DIVISÃO) DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA FINANCEIRA E CONTRATAÇÃO. -----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **José Aires (PS)**. -----

-----**A Vereadora da Câmara Municipal (Maria da Piedade Meneses):** Trazemos aqui para vossa aprovação a composição do júri do procedimento concursal para provimento do cargo de Direção intermédia de 2.º grau da Divisão Administrativa, Financeira e de Contratação. -----
O júri é composto pela Dra. Sónia Paula da Silva Nogueira, Diretora da Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo do Instituto Politécnico de Bragança, sendo professora coordenadora, pelo Dr. Carlos Raposo Fernandes, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira do Município de Miranda do Douro, e a Dra. Maria José Miguel Lopes, Chefe da Divisão da Contratualização, Informática e Administrativa do Município de Mogadouro. -----

-----**O Presidente da Mesa:** Obrigado, Sra. Vereadora. -----
Intervenções? Sr. Deputado José Aires, penso que é o único. Faça favor. -----

lh.
Pedro
M.

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia. -----

Saudar também e agradecer aqui a introdução feita pela Sra. Vereadora Piedade Meneses. Lamentar a ausência do Sr. Presidente da Câmara, nem tive a oportunidade de lhe retribuir as boas festas, para ele e para a família, mas pronto, infelizmente já vem sendo hábito deixar-nos mais cedo, antes do término das reuniões. -----

Na reunião da Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2020, a Câmara Municipal apresentou uma proposta de designação de júri para o procedimento concursal de dirigente intermédio de 2.º grau, para ocupação do lugar de Chefe da Divisão Administrativa e Financeira. Nessa altura, o lugar estava ocupado pelo Dr. Eduardo Dixo, em regime de substituição, por despacho do Sr. Presidente da Câmara, de acordo com a sua competência legal, com efeitos a partir de 6 de janeiro. Esta situação manteve-se até 6 de janeiro de 2021, altura em que foi publicado em Diário da República a sua designação em comissão de serviço de três anos, que terminaria no próximo dia 7 de janeiro de 2024. -----

Em 18 de janeiro de 2021, solicitei a consulta deste procedimento concursal, além de outros. Insisti em 30 de novembro, aos quais nunca me foi dado acesso. O Dr. Eduardo Dixo dava apoio e estava presente nos trabalhos desta Assembleia Municipal, até que a partir da reunião de 30 de novembro de 2022, nunca mais foi visto, e julgo eu, deixou de ocupar o lugar de chefia na Câmara Municipal, quando faltava mais de um ano para o término da comissão de serviço. O Presidente da Câmara entendeu nunca comunicar ou dar uma justificação sobre quais os motivos que levaram à saída do Chefe da Divisão Administrativa e Financeira antes de terminar a comissão de serviço. -----

Além deste dirigente, também o dirigente intermédio de 3.º grau da unidade orgânica de Planeamento e Gestão Urbanística, pertencente ao quadro de pessoal da Câmara Municipal, iniciou a comissão de serviço de três anos no dia 29 de dezembro de 2020. Passado cerca de um ano e meio, saiu para ocupar o lugar de chefia de 3.º grau num concelho vizinho, e o Presidente da Câmara designou outro técnico pertencente ao quadro de pessoal em regime de substituição, por noventa dias. -----

Ambos iniciaram exercício de funções no dia 1 de agosto de 2022, quer o que foi ocupar o lugar no concelho vizinho, quer o que ficou em regime de substituição. Para este procedimento, na reunião de 30 de novembro de 2022, foi proposta a esta Assembleia Municipal a aprovação do segundo júri designado pela Câmara Municipal, porque segundo informação do Sr. Vice-presidente, dois jurados do primeiro júri pediram escusa. A Assembleia Municipal aprovou o segundo júri proposto, mas até agora, passado um ano, não aconteceram desenvolvimentos, está parado. Não tendo completado a comissão de serviço a que se comprometeram, e não se sabendo os motivos que levaram à saída dos dirigentes, certamente com a concordância do

11
Pedro
M.

Presidente da Câmara, entendo que não estou devidamente esclarecido quanto à necessidade deste procedimento. -----

-----**O Presidente da Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Da autarquia, alguém se quer pronunciar?

-----**A Vereadora da Câmara Municipal (Maria da Piedade Meneses):** Nada tenho a comentar sobre as afirmações que o Sr. Deputado fez, relativamente à situação da gestão interna por parte destas áreas, administrativa, financeira e de contratualização. Como deve imaginar, necessitamos de alguma organização interna para proceder às funções que nos estão incumbidas. -----

E nesse sentido, faz todo o sentido a abertura do concurso. -----

Quanto às questões colocadas, se devidamente questionadas, penso que deverão ser respondidas pelos meios próprios, penso que sim. -----

-----**O Presidente da Mesa:** Obrigado, Sra. Vereadora. -----

Inscrições, segunda ronda. Não há inscrições. -----

Passamos, então, à votação do Ponto n.º 5, Proposta de composição do júri. Votos a favor? Votos contra? Abstenções? Portanto, foi aprovado, com vinte e um (21) votos a favor, e três (3) abstenções. -----

Ponto n.º 6, Aquisição de energia elétrica em MT e BTE para 2024 – Aprovação do protocolo que nomeia como mandatário do Agrupamento de Entidades Adjudicantes a CIMDouro. -----

Sr. Vice-presidente. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto no n.º 1,2 e 3 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, deliberou por **maioria, com 21 votos a favor e 3 abstenções (dos deputados Diogo Oliveira, António Júlio Andrade e José Aires) aprovar a “Proposta – Designação de júri do procedimento Concursal Comum – Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau da Divisão Administrativa Financeira e Contratação”**. -----

-----*Estavam ausentes da reunião no momento da votação os deputados Júlio Frade, Joana Alves e Luís Miguel Lopes.* -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

14.
Pedro
107

**PONTO 6 — AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MT E BTE PARA 2024 –
APROVAÇÃO DO PROTOCOLO QUE NOMEIA COMO MANDATÁRIO DO
AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES A CIMDOURO. _____**

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----**Vice-Presidente da Câmara Municipal (Victor Moreira):** Muito obrigado. Aproveito já para desejar um bom dia, quase boa tarde, a todos os presentes, à Mesa, aos Srs. Deputados e Srs. Presidentes de Junta, aos funcionários e a todos em geral. -----

Trazemos o Ponto n.º 6 para aprovação, evidentemente, para a integração num Agrupamento de Entidades Adjudicantes para a contratação de energia elétrica em baixa tensão especial e de média tensão. Verificaram que é para dar à CIMDouro, evidentemente, essa responsabilidade, que são cerca de vinte e uma entidades – dezanove Municípios e mais duas entidades, sendo a ADIN e a Associação de Municípios do Douro Superior. -----

Isto aqui tem a ver com a negociação e com o mercado em escala, para tornar a contratação de energia mais barata. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Vice-presidente. -----

Inscrições? Não há inscrições. Passamos, então, à votação do Ponto n.º 6, que está ali projetado. Votos a favor? Votos contra? Não há. Abstenções? Duas (2) abstenções. Portanto, foi aprovado, com vinte e um (21) votos a favor, e duas (2) abstenções. -----

Ponto n.º 7, Carta Educativa. -----

Sr. Vice-presidente. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por maioria, com 21 votos a favor e 2 abstenções (dos deputados Diogo Oliveira e José Aires) aprovar o “Protocolo que nomeia como mandatário do Agrupamento de Entidades Adjudicantes a CIMDOURO”** e que aqui se dá como transcrito para todos os efeitos legais. -----

-----*Estavam ausentes da reunião no momento da votação os deputados Júlio Frade, José Manuel Moreiras, Joana Alves e Luís Miguel Lopes.* -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 7 — CARTA EDUCATIVA

-----Inscreveu-se para intervir o deputado **José Aires** (PS). -----

-----**Vice-Presidente da Câmara Municipal (Victor Moreira):** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Trazemos aqui hoje para aprovação a revisão da Carta Educativa, que foi preparada, através de um concurso liderado pela Associação de Municípios, em que integraram outros Municípios, e foi a empresa que ganhou o concurso que fez a recolha de todos os dados, e apresentou agora a revisão dessa Carta Educativa. -----

Os dados de que a empresa fez a recolha foram, além de alguns do Município, evidentemente, o fornecimento dos dados foi através da plataforma do INE, da DGEC, do Agrupamento de Escolas, e que está submetido no sistema de avaliação de Cartas Educativas, na Proposta n.º 139. Portanto, aqui só nos compete agora podermos aprovar a revisão dessa mesma Carta Educativa que existia. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Vice-presidente. -----

Inscrições para o Ponto n.º 7. Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

A certidão de teor da minuta da ata da reunião de Câmara de 29 de novembro passado, que acompanha a Carta Educativa, refere que o Executivo Municipal deliberou por unanimidade solicitar autorização à Assembleia Municipal, escudando-se na alínea ccc) do art.º 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013. Autorização? Autorização para quê? Está mal formulado. -----

Nos termos do n.º 1 do art.º 14.º do Decreto-lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, a elaboração da Carta Educativa é da competência da Câmara Municipal, sendo aprovada pela Assembleia Municipal respetiva, após discussão e parecer do Conselho Municipal de Educação. Onde está o parecer do Conselho Municipal de Educação, documento que deve integrar a Carta Educativa enviada a esta Assembleia Municipal? -----

A competência da Assembleia Municipal está bem explícita na Lei referida. Ao consultar a página eletrónica do Município, as representações municipais aí publicitadas, no que concerne à Assembleia Municipal, ainda são no mandato passado, quadriénio 2017-21. O desleixo é por demais evidente. -----

Ainda nos termos do n.º 7 do art.º 14.º do Decreto-lei n.º 21/2019, a Carta Educativa integra o Plano Diretor Municipal respetivo. Quererá isto dizer que, uma vez mais, não fazendo parte da

11
Edna
M

ordem de trabalhos da referida reunião da Câmara Municipal, foi metida à sorrelfa, apertados pelos prazos? O Conselho Municipal de Educação não se pronunciou, não foi ouvido, nos termos da Lei? -----

Queira esclarecer. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Vice-presidente. -----

-----**Vice-Presidente da Câmara Municipal (Victor Moreira):** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Sr. Deputado, não sei se é obrigatório, se fosse obrigatório, devia vir aqui, realmente. Foi aprovado por unanimidade pelos membros presentes no Conselho Municipal de Educação, posso garantir-lhe isso. Aliás, o seu chefe de Partido e o dirigente máximo do Partido, aqui do concelho, pode mesmo aferir a veracidade desses factos. -----

Se por acaso tinha que vir aqui, lamento que não esteja presente, mas posso confirmar-lhe que foi aprovado por unanimidade no Conselho Municipal de Educação. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Vice-presidente. -----

Sr. Deputado, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia. -----

As explicações não convencem, porque primeiro estão as responsabilidades inerentes ao cargo autárquico e o cumprimento atempado dos procedimentos. A Carta Educativa não está em condições de ser aprovada porque falta um documento obrigatório, nos termos da Lei, o parecer do Conselho Municipal de Educação. -----

Face à situação, proponho que este ponto seja retirado e que venha à próxima Assembleia Municipal, nos termos exigidos na Lei em vigor. -----

Disse. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos manter a votação da Assembleia. Posso garantir-lhe que, efetivamente, foi aprovada por unanimidade. Poderá haver uma falha, não sei se é obrigatório, sinceramente. Mas, de qualquer forma, foi aprovada pelos elementos todos que compõem o Conselho Municipal de Educação. -----

Vamos votar. Votos a favor? Votos contra? Dois (2) votos contra. Abstenções? Duas (2) abstenções. Ora, vinte (20) votos a favor, dois (2) votos contra, e duas (2) abstenções. -----

Declaração de voto? Faça favor, Sr. Deputado. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Mesa. -----

Passarei agora a ler a declaração de voto. -----

Declaração de voto, Assembleia Municipal de 14 de dezembro de 2023 – Carta Educativa:

“Tendo em conta que a Carta Educativa não está em condições de ser aprovada, porque falta um documento obrigatório nos termos da Lei, o parecer do Conselho Municipal de Educação; -- Tendo proposto que este ponto fosse retirado para vir à próxima Assembleia Municipal, acompanhado do parecer do Conselho Municipal de Educação, nos termos exigidos na Lei em vigor; -----

A proposta não foi acolhida e o assunto foi posto à votação da Assembleia Municipal. -----

Pelos motivos acima referidos, venho por este meio justificar o meu voto contra. -----

O deputado municipal, José Manuel Rodrigues Aires” -----

E irei entregar na Mesa, para ser, então, apensa à ata. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. -----

A propósito deste ponto, tem que se confirmar na Lei. Não duvido da palavra do Sr. Deputado, mas o Sr. Vice-presidente fazia chegar uma cópia da ata a todos os Srs. Deputados, para confirmar o que efetivamente aqui foi dito. Isto partindo do princípio, como disse, e não pondo em causa o que o Sr. Deputado disse, que era necessário esse parecer. -----

Ponto n.º 8, Protocolo de implementação, desenvolvimento e gestão do Projeto de Autoconsumo Coletivo no Território Duero Douro. -----

Sr. Vice-presidente. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos da alínea ccc) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013. De 12 de setembro, deliberou **por maioria, com 20 votos a favor, 2 votos contra** (dos deputados José Aires e Diogo Oliveira), e **2 abstenções** (dos deputados Sílvia Santos e António Júlio Andrade), **aprovar a “Carta Educativa e respetivas revisões”**. -----

-----*Estavam ausentes da reunião no momento da votação os deputados Joana Alves, Júlio Frade e Luís Miguel Lopes.* -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 8 — PROTOCOLO DE IMPLEMENTAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DO PROJETO DE AUTOCONSUMO COLETIVO NO TERRITÓRIO DUERO DOURO. -----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **José Aires** (PS). -----

-----**Vice-Presidente da Câmara Municipal (Victor Moreira)**: Muito obrigado, Sr. Presidente. - Nós fazemos parte do Agrupamento Europeu de Cooperação Transfronteiriça, que é a Duero Douro, e isto é um protocolo para que, com eles, possamos ter a instalação de trinta e dois painéis fotovoltaicos para uma potência total de 15 Kw, a serem instalados no telhado do Mercado Municipal. -----

Portanto, não há qualquer encargo por parte do Município, é só cedermos as nossas instalações para a produção de energia fotovoltaica, e para aproveitamento dessa energia por parte da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, nos edifícios que achar necessários, que tenham maior consumo, que possam utilizar essa energia – além do mercado, evidentemente. Portanto, isto é um protocolo para eles instalarem lá, obrigatoriamente tem que ser aprovado em reunião de Câmara e, evidentemente, com a autorização da Assembleia Municipal. -----
Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa**: Obrigado, Vice-presidente. -----

Intervenções? Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires**: Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia. -----

Sr. Vice-presidente, quando abri o documento, e sendo o título tão extenso, pensei por breves momentos que se tinha feito luz, não em alusão à época natalícia em que nos encontramos, mas no sentido de que o projeto apresentado com pompa e circunstância por si, no dia 16 de novembro de 2016, na Biblioteca Municipal, tivesse finalmente dado à luz. Relembro que no decorrer da sessão foi apresentada a Cooperativa Comercializadora de Eletricidade Efi-Duero, SCEL, o processo de admissão e documentos exigidos. -----

Nas suas palavras à data, do Vice-presidente da AECT Douro Douro, "*pretende-se com esta iniciativa conseguir um preço mais acessível na energia elétrica para todos os membros do AECT que adiram a esta cooperativa, mas também para as suas populações.*" -----

Ora, aqui está mais uma das fábulas destes dez anos de governação por parte da coligação PPD-PSD/CDS-PP. Questiono em que estado se encontra este protocolo, dado se terem passado sete anos e continuarmos sem qualquer esclarecimento por parte deste Executivo Municipal. -----

Afinal, o objetivo era baixar o preço da luz, mas continuamos às escuras. Tenha a bondade de esclarecer. -----

-----**O Presidente de Mesa**: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Vice-presidente. -----

h
Pedro
M.

-----**Vice-Presidente da Câmara Municipal (Victor Moreira):** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Sr. Deputado, se em vez do tom inquisitório, tivesse feito a pergunta, eu teria respondido, sem a crítica, sem o tom da crítica. -----

A Efi-Duero surgiu nessa altura que o Sr. Deputado diz, tem uma grande dificuldade de se instalar a nível comercial em Portugal, pelo simples facto de que exigem, para iniciar atividade, exigem-lhe garantias bancárias de 300.000€ para se poder instalar comercializadora dessa energia. A Efi-Duero não só está a ser um sucesso muito grande, somos o Município pioneiro na região e em Portugal, somos o primeiro Município a ter uma intervenção destas através da Duero Douro, espero que outros Municípios também possam aderir a isso. -----

E como viram também, nós temos intenção de fornecer mais telhados que sejam públicos, com essa possibilidade de poderem fazer instalação de painéis fotovoltaicos. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Vice-presidente. -----

Inscrições, segunda ronda. Sr. Deputado José Aires. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia. Agradecer também ao Sr. Vice-presidente pelas explicações prestadas. -----

Eu sei que são coisas diferentes, mas são promovidas pela mesma entidade, ou também através do mesmo território, da mesma identidade territorial, nesta associação transfronteiriça dos Municípios portugueses com os Municípios espanhóis. Mas, aqui a questão tem mesmo a ver com essa questão, uma vez que a Legislação é diferente, se tudo isso foi tido em conta, porque não teria sido na questão anterior que lhe coloquei, na Efi-Duero, porque em Portugal, realmente, a Legislação é diferente da espanhola, e pelos vistos, pelo que acabou de confirmar, têm havido bloqueios e outras questões legais que têm obstaculizado a implementação do projeto, se desta vez, uma vez que o protocolo que nos foi remetido é muito genérico – o senhor acabou de nos informar que era para colocar os painéis solares no telhado do mercado, e lá não vem essa referência exata, não vem quantos Kw é que vão ser colocados, pelo menos na documentação que nós recebemos. E também não vem lá a nível de percentagens de encargos – ou seja, o que nos é transmitido é que esta entidade vai ter todas as despesas e todos os preceitos burocráticos e legais, e o Município vai receber para autoconsumo a energia. E eles não têm nenhuma contrapartida? Eles vão fazer o investimento *pro bono*? -----

Era isso que queria que esclarecesse, antes de tomar a minha posição para a votação. -----

Obrigado. -----

14.
Pedro
M.

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Vice-presidente. -----

-----**Vice-Presidente da Câmara Municipal (Victor Moreira):** Obrigado, Sr. Presidente. -----

A alínea c) do próprio protocolo refere lá que a potência é de 15 Kw, diz aí a potência máxima – isto traduzido, porque eu sei que são trinta e dois painéis fotovoltaicos. E diz lá nessa alínea c). Não há qualquer encargo – se houvesse algum encargo, estaria vertido aqui no documento. Portanto, é uma implementação deles, porque eles vão buscar também fundos europeus, diretamente fundos europeus, para produzir, e não só o fazem em Espanha, como aqui. ----- A possibilidade de ser feito em Espanha é que, depois, a comercializadora é a Efi-Duero. Nós aqui ainda não temos a comercializadora. Podemos fazer com outra comercializadora, seja ela a EDP, seja, como eu disse, referente ao concurso da CIMDouro, a que pode ganhar. Quando a Efi-Duero estiver aqui instalada, e se o Município achar, evidentemente com a Assembleia, achar que o concurso com a Efi-Duero será mais vantajoso para a Câmara Municipal, será feito o contrato com a Efi-Duero. -----

Mas, neste momento, são fundos europeus, eles têm que fazer a instalação dos painéis fotovoltaicos, e propuseram Moncorvo, e nós aqui aceitávamos, ou não, essa doação por parte da Duero Douro dos painéis fotovoltaicos para produção de energia, que irá trazer muito rendimento à Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, nos encargos com eletricidade. ----- Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Vice-presidente. -----

Passaríamos à votação do Ponto n.º 8. Votos a favor? Votos contra? Abstenções? Duas (2) abstenções. A proposta foi aprovada, com vinte e quatro (24) votos a favor, e duas (2) abstenções. Não houve votos contra. -----

Não há público para intervir. -----

Vamos votar a minuta, e depois eu queria dar uma informação. -----

Aproveito, já agora, para também desejar umas boas festas e um ano de 2024 com muita saúde e muito sucesso profissional para todos. -----

Minuta da ata: votos a favor? Foi aprovada, com vinte e seis (26) votos, a minuta da ata. -----

Dizer-vos que o Sr. Presidente da Câmara se esqueceu, mas mandou uma mensagem, para esta pintura, e as que constam dos documentos que foram entregues, alusivos, alguns, ao 25 de abril, e não só, foram feitas pelos alunos da Escola Sabor Artes. É uma demonstração do trabalho deles, a quem agradecemos. -----

E por fim, já tinha dito há pouco, umas boas festas para todos. E um bom almoço, já agora, também. Um bom ano, com muita saúde, especialmente. -----

-----DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou por **maioria**, com **24 votos a favor** e **2 abstenções** (dos deputados José Aires e Diogo Oliveira), aprovar o “Protocolo de Implementação, Desenvolvimento e gestão do Projeto de Autoconsumo Coletivo no território Duero Douro”. -----

-----Estava ausente da reunião no momento da votação a deputada Joana Alves. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- **3 - PERÍODO DA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

-----Para constar e para os demais efeitos legais, se lavrou a presente ata, que depois de apreciada e votada, será rubricada e assinada por todos os membros da Mesa. -----

O Presidente da Mesa,

(Luís Miranda Rei)

1.º Secretário da Mesa,

(Pedro Carrasqueira)

2.ª Secretária da Mesa,

(Fernanda Silva)